

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA:** estudo  
longitudinal acerca do eleitor e das tendências da simpatia partidária

**WESLEY OLIVEIRA FURRIEL**

Maringá  
2016

**WESLEY OLIVEIRA FURRIEL**

**IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA:** estudo  
longitudinal acerca do eleitor e das tendências da simpatia partidária

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro.

Maringá

2016

WESLEY OLIVEIRA FURRIEL

IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA: estudo  
longitudinal acerca do eleitor e das tendências da simpatia partidária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro  
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof. Dr. Bruno Bolognesi  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Aprovada em: 10 de Março de 2016

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014 *campus* da Universidade Estadual de Maringá

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, em especial aos meus valorosos avós, Maria do Carmo Batista e Vergilino Batista pelo apoio e amparo.

À minha querida namorada Jaqueline Yumi pelo carinho e incentivo.

Aos professores do programa de pós-graduação em Ciências Sociais com destaque à estimada professa Ana Lúcia Rodrigues pela amizade e motivação e ao professor Ednaldo Aparecido Ribeiro pela excelente orientação e confiança.

Aos amigos que participaram da elaboração desse trabalho, Murilo Pollo e Éder Gimenes.

E a todos que participaram direta ou indiretamente do processo de produção deste trabalho.

## RESUMO

Parte da literatura da Ciência Política defende que os sistemas partidários e os partidos são peças fundamentais para a democracia, sendo responsáveis por sustentar a competição pelo acesso ao poder e intermediar a relação entre os eleitores e a política (ALDRICH, 2011). Entretanto, alguns trabalhos têm apontado para a existência de um declínio nos indicadores de partidarismo, principalmente, quanto ao de Identificação Partidária (IP), tanto em democracias ditas como consolidadas, quanto nas novas, advindas de terceira onda de democratização. Vários diagnósticos foram elaborados acerca dos decréscimos, sendo um dos principais, o fenômeno do desalinhamento partidário. Todavia, nas jovens democracias os estudos sobre tal fenômeno carecem de investigações mais aprofundadas e direcionadas às características particulares da região. Dessa forma, este trabalho teve por objetivo investigar longitudinalmente, o indicador de Identificação Partidária nas democracias da América Latina, bem como traçar um perfil do eleitor latino-americano que expressa IP, partindo dos *surveys* de opinião pública do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), para o período de 2006 a 2014. A hipótese defendida se sustenta pela ideia de que na região não é possível constatar a existência do desalinhamento partidário, uma vez que, tal conceito foi criado para analisar democracias como a norte-americana e algumas europeias, ignorando o contexto particular da América Latina. Ademais, destacamos a importância do indicador em questão enquanto objeto de investigação, já que, ele permitiu evidenciar diferenças relevantes entre eleitores simpáticos e não simpáticos aos partidos, e também, entre partidários de distintos países.

**Palavras-chave:** Identificação Partidária; América Latina; desalinhamento; partidos; eleitores;

## ABSTRACT

Part of the political science literature argues that the party systems and the parties are pillars of democracy, being responsible for sustaining competition for access to power and mediate the relationship between voters and the political (ALDRICH, 2011). However some studies have revealed an existence of a decline in partisanship indicators, especially about to the Partisan Identification (PI), as much in established democracies, as the new resulting third wave of democratization. Many diagnoses were elaborated about the decrease, being a major the phenomenon of party dealignment. However, in the new democracies the studies about this phenomenon require deeper investigations and directed to the particular characteristics of the region. So this research aimed to investigate longitudinally the indicator Partisan Identification in Latin American democracies and trace a Latin American voter profile that expresses PI, starting from public opinion surveys of the Latin American Public Opinion Project (LAPOP) for the period 2006-2014. The hypothesis put forward is based by the idea that the region is not possible to verify the existence of the party dealignment, because the concept was created to analyze democracies like North American and some European, ignoring the particular context of Latin American. Moreover, we highlight the importance of the indicator in question as a research object because it allowed us to show significant differences between voters sympathetic and not sympathetic to the parties, and also between different countries.

**Keywords:** Partisan Identification; dealignment; Latin American; parties; voters.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1. PARTIDOS POLÍTICOS EM JOVENS DEMOCRACIAS</b> .....	3
<b>2. IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA</b> .....	8
<b>2.1. INTERPRETAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA</b> .....	9
<b>2.2. CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E A TESE DO DESALINHAMENTO</b> .....	13
<b>3. DETALHAMENTOS DA METODOLOGIA</b> .....	20
<b>3.1. PROCESSO DE SELEÇÃO DA VARIÁVEL DE IP</b> .....	20
<b>3.2. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E TÉCNICAS</b> .....	22
<b>4. TENDÊNCIAS E CONDICIONANTES DA IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA</b> .....	25
<b>4.1. MONITORAMENTO DA IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA NO PERÍODO DE 2006 - 2014</b> .....	25
<b>4.2. O PERFIL DO ELEITOR PARTIDÁRIO LATINO-AMERICANO</b> .....	35
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	57
<b>ANEXOS</b> .....	64
<b>APÊNDICE METODOLÓGICO</b> .....	72

## INTRODUÇÃO

Ao discutir sobre o comportamento político do eleitor e sua relação com os partidos, a Ciência Política tem elaborado conceitos e indicadores que facilitam e sistematizam a análise e compreensão da interação entre cidadãos e instituições no cenário democrático. Um desses recursos que é frequentemente utilizado para avaliar tal relação é o indicador de Identificação Partidária (IP) (DALTON, MCALLISTER & WATTENBERG, 2003; DALTON, 2013). Com relação a este indicador parte da literatura especializada aponta para a existência de uma constante queda em suas taxas<sup>1</sup> e conseqüentemente, para as limitações desta medida enquanto variável explicativa do comportamento eleitoral. Como apontam Dalton, McAllister e Wattenberg (2003), decréscimos na IP foram constatados a partir da década de 1970, juntamente com o crescimento de tendências antipartidárias, fato que levantou dúvidas quanto ao seu valor explicativo.

De acordo com Dalton, Flanagan e Beck (1984) a queda da IP estaria ocorrendo devido ao fenômeno do desalinhamento impulsionado por fatores de natureza estrutural, como as mudanças sofridas nas funções desempenhadas pelos partidos políticos e na sua relação com os eleitores, mas também por fatores individuais, como o refinamento cognitivo dos eleitores (DALTON, 2013). Segundo estes autores, devido ao aumento da escolarização, da capacidade de acesso à informação e da expansão dos grupos de interesses, a compreensão do mundo político deixou de ser realizada predominantemente pelos partidos, dando espaço a outros meios como a mídia.

No cenário latino-americano também foram constatadas quedas nos indicadores de partidarismo em diversos países (BAQUERO, 2000; CARREIRÃO & KINZO, 2004; KINZO, 2005). Desse modo, algumas discussões acerca do impacto de tal queda se tornaram um ponto de grande relevância na agenda de pesquisa de autores preocupados com a compreensão do comportamento eleitoral da região, gerando perspectivas distintas sobre o fenômeno. Pesquisadores com uma perspectiva mais positiva afirmam que mesmo que os partidos não estejam internalizados em termos de Identificação Partidária, eles ainda compõem um indicador importante para a compreensão do comportamento do eleitor (BRAGA & PIMENTEL JR., 2011). Já a visão pessimista se

---

<sup>1</sup> O diagnóstico de queda nas taxas de Identificação Partidária foi constatado nas democracias consolidadas, norte-americana e européias (DALTON, MCALLISTER & WATTENBERG, 2003; DALTON, 2013).



dá a partir do questionamento sobre as funções que tais instituições deveriam desempenhar, mas não o fazem na agregação de interesses e na educação política dos eleitores. Por conseguinte, a descrença nos partidos por parte dos eleitores seria também uma fragilidade em sua legitimidade, fato que pode abalar os pilares da democracia (BAQUERO, 2000).

Tendo em vista tais questões, o presente trabalho tem por objetivo investigar a relação dos eleitores latino-americanos com os partidos políticos, focalizando o indicador de Identificação Partidária. Para tal, foi realizado um monitoramento nas taxas de IP e de algumas variáveis socioeconômicas, atitudinais e cognitivas, que nos permitiram constatar determinadas particularidades dos eleitores simpáticos aos partidos, no período de 2006 a 2014. Essa abordagem se fez necessária, uma vez que, nosso objetivo foi verificar se na América Latina e nas unidades nacionais que a compõe, existe de fato uma crise da identificação com os partidos, ou seja, um desalinhamento partidário (BAQUERO, 2000). A hipótese aqui defendida é a de que nessa região não é possível constatar a existência do desalinhamento, principalmente, sob a luz dos conceitos criados para a análise de democracias como a norte-americana e algumas europeias. Ademais, destacamos a importância do indicador em questão enquanto objeto de investigação, já que, ele nos permitiu constatar diferenças relevantes entre eleitores que simpatizam ou não com os partidos.

Para melhor sistematizar a discussão, a pesquisa foi organizada em quatro capítulos. O primeiro se ocupou da discussão entre as instituições partidárias e as novas democracias. O segundo teve como eixo principal as formulações a respeito da Identificação Partidária. Na seção 2.1 apresentamos o cenário contemporâneo da identificação partidária e a tese do desalinhamento nas democracias norte americanas e europeias e na seguinte (2.2) destinamos atenção ao cenário Latino-americano. No terceiro capítulo nos concentramos em detalhar os procedimentos técnicos e metodológicos adotados no decorrer do trabalho, para isso apresentamos na seção 3.1 a variável utilizada para medir a IP e na 3.2 detalhamos os dados e os métodos estatísticos empregados na pesquisa. Por fim, no último capítulo apresentamos os resultados da investigação juntamente com a discussão e sistematização segundo a literatura apresentada, sendo a seção 4.1 referente ao monitoramento da identificação partidária no período de 2006 – 2014 e a 4.2 acerca do perfil do eleitor partidário latino-americano.

## 1. PARTIDOS POLÍTICOS EM JOVENS DEMOCRACIAS

Nas sociedades democráticas modernas o partido político é um dos principais canais de representação, constituindo-se no mecanismo institucional mais importante e eficaz da vocalização política, já que é através deles que os grupos sociais exprimem suas reivindicações e interesses, assim como participam da formação das decisões públicas (CODATO; BRAGA, 2012). Os laços entre eleitores e partidos passam por determinadas clivagens de caráter cultural, socioeconômico ou de classe, predisposições psicológicas, de socialização e também pelo contexto histórico de um país, dessa forma, é natural que o comportamento dos eleitores diante dos partidos varie de acordo com a sociedade onde residem. Contudo, grande parte dos estudos que se ocuparam em investigar tais relações se deteve nas democracias já consolidadas, deixando algumas lacunas na compreensão dos contornos desse fenômeno nas chamadas novas democracias (PAIVA; BRAGA; PIMENTEL JR. 2007).

Sobre os novos sistemas democráticos Weffort (1992) afirma que, quando ainda não consolidados, eles tendem a ser politicamente instáveis e institucionalmente frágeis, porém, quando comparamos as democracias que falharam, sejam elas “novas” ou “velhas”, é possível verificar que a distância entre uma antiga democracia instável e uma democracia consolidada é menor do que se imagina. Sendo recentes ou não, as democracias devem possuir instituições e lideranças políticas que possam garantir a estabilidade do sistema democrático. De acordo com o autor, o momento mais expressivo de uma liderança é aquele no qual ela contribui para a consolidação de instituições democráticas, dessa forma, assim como os líderes de governo, instituições como os partidos<sup>2</sup> desempenham um papel extremamente relevante para a consolidação da democracia.

Biezen (1998) apresenta algumas considerações sobre as democracias recentes da Europa, destacando que em muitos desses sistemas a articulação entre os partidos e a sociedade ainda é considerada fraca e há evidências de que os partidos não conseguiram desenvolver uma conexão estrutural com os eleitores. Essa fraca articulação se dá devido aos baixos níveis de adesão aos partidos e pela alta taxa de volatilidade da identificação partidária. No entanto, o autor ressalta que tal fracasso de articulação não implica necessariamente na irrelevância dos partidos para os novos sistemas

---

<sup>2</sup> Weffort (1992) também destaca a importância de instituições como sindicatos, jornais, igrejas, escolas entre outros.

democráticos.

Como afirmam Maiwaring e Torcal (2006), nos países onde temos democracias recentes, os vínculos entre os partidos e os eleitores são menos ideológicos e programáticos, além disso, “[...] a estabilidade na competição entre partidos, o enraizamento social partidário é muito mais forte na maioria das democracias industriais avançadas, comparado à maioria das democracias e semi-democracias pós 1978” (p. 250). Os autores também ressaltam a necessidade de se considerar o grau de institucionalização dos partidos em diferentes democracias, pois, ao analisar esse aspecto seria possível classificar os sistemas partidários que não se encaixam nas consideradas democracias industriais avançadas, tendo em vista que, em sistemas mais voláteis ou em novas democracias, os partidos não possuem o mesmo efeito estruturador. Para classificar o grau de institucionalização do sistema partidário latino-americano Mainwaring utilizou quatro dimensões: (1) estabilidade dos partidos e dos padrões de competição interpartidária, (2) enraizamento junto ao eleitorado; (3) legitimidade dos partidos junto aos diversos atores políticos da sociedade; e (4) a não subordinação das organizações partidárias à líderes ou personalidades, de modo que nos sistemas mais institucionalizados, os partidos se tornam autônomos em relação aos seus criadores (MAINWARING, 2001; MAINWARING; TORCAL, 2005).

No que diz respeito à América Latina alguns trabalhos têm procurando compreender o funcionamento dos partidos nesse cenário e também a relação entre essas instituições e os eleitores (BAQUERO, 2000; SÁEZ e FREIDENBERG, 2002; GIMENEZ, 2014; GIMENES, RIBEIRO & BORBA, 2014, CARRERAS, MORGENSTERN E SU, 2013; ALBALA & VIEIRA, 2014; MAIWARING & TORCAL, 2006). É preciso ressaltar que no final da década de 70 e início de 80 essa região passa a ser cenário do surgimento de alguns exemplos de “novas democracias”, resultantes da chamada “terceira onda de democratização” (HUNTINGTON, 1994). Nesse período, países como Brasil, Uruguai, Guatemala e Peru passaram por conturbados processos até se tornarem democracias de fato. Em 1984, o Brasil teve o primeiro presidente civil desde 1964. O Uruguai elegeu um presidente civil em 1984, retornando à democracia depois de mais de 10 anos de governo militar. No Peru, a saída dos militares permitiu a eleição de uma Assembleia Constituinte em 1978 e a composição de uma nova constituição. A Guatemala elegeu uma Assembleia Constituinte em 1984 e um presidente civil em 1985.

Sáez e Freidenberg (2002), sobre a situação dos partidos nesse contexto histórico regional, escrevem:

No início dos processos de transição democrática (1978-1980), a América Latina contava com quatro cenários muito diferentes. O primeiro cobria os países com tradições partidárias sólidas, tanto em termos da existência de máquinas partidárias como de capacidade dessas máquinas para mobilizar o apoio de importantes setores da população. O segundo contemplava um modelo misto em que partidos antigos iriam coabitar com partidos novos surgidos do próprio processo de transição. O terceiro enquadrava os casos definidos pela manutenção da existência de organizações, mas historicamente vazias do ponto de vista político e social. Finalmente, o quarto estava presente nos países em que, somando-se a debilidade histórica partidária aos efeitos dos últimos tempos dos governos autoritários, mal havia um marco mínimo de partidos (p. 140).

Entretanto, os autores ressaltam que nem todos os países latino-americanos se enquadram nessa classificação, pois nações como Cuba, Colômbia, Venezuela e Costa Rica viveram, e alguns ainda vivem, em um regime de partido único. Além disso, ressaltam a heterogeneidade existente entre os sistemas partidários da região, por exemplo, no que se refere ao número efetivo de partidos<sup>3</sup>. Durante a década de 90 a média de partidos existentes na América Latina por país era de 3,6, variando entre 2 (Paraguai) e 7,3 (Brasil). Já em 2014 a média foi de 3,51 sendo o menor valor representado pela Jamaica totalizando 1,8 e o maior pelo Brasil, sendo 10,36 (GIMENES, 2015).

Segundo Baquero (2000), há um excessivo número de legendas em alguns países latino-americanos, fato este que criaria dificuldades no estabelecimento de identificações mais sólidas e duradouras entre eleitores e partidos, o que consequentemente levaria ao enfraquecimento do apoio a essas instituições. Na visão desse autor, a democracia tem fracassado na América Latina, pelo menos no que tange ao resgate de sua dimensão social, deficiência essa que, juntamente com a falta de

---

<sup>3</sup> O cálculo do número efetivo de partidos nos proporciona uma informação que permite mensurar melhor quantos partidos de fato competem eleitoralmente e estão presentes no Congresso. Ele é obtido a partir da seguinte fórmula:  $N = 1/(1-F)$ . Onde  $F$  é representa o cálculo da fragmentação eleitoral  $F = 1 - (\sum T_i^2)$ , sendo  $T$  a porcentagem de votos de cada partido (SÁEZ & FREIDENBERG, 2002).

confiança dos eleitores nas instituições políticas, é em grande medida responsável pela crise do regime. Os partidos seriam responsáveis por agregar e estruturar as demandas da sociedade civil perante o Estado. Todavia, esse papel raramente tem sido executado de forma satisfatória, pois, a persistência de grandes distorções no processo de mediação política teria levado a um constante desgaste dos partidos perante a opinião pública, dificultando juntamente com outros fatores como, crise econômica, legado histórico de instabilidade, uma cultura política silenciosa, leis eleitorais anacrônicas e permissivas a consolidação da estabilidade democrática. Além disso, na América Latina, os partidos são as instituições democráticas em que a população menos deposita confiança e também, aquelas consideradas as mais corruptas, configurando uma cultura antipartidária e antipolítica (BAQUERO, 2000).

Alguns trabalhos têm apontado para a existência de barreiras socioeconômicas presentes na América Latina que geram dúvidas quanto à estabilidade política e o desenvolvimento democrático. A relação entre Estado e sociedade nos países latino-americanos está em processo de transformação, no entanto, não há clareza quanto ao destino dessas mudanças (O'DONELL *et al*, 1988; ROZENWURCEL, 1991; PRZEWORSKI, 1994; KURZ, 1992; ALMEIDA *et al*, 1991). Garretón (1993), alerta sobre os desafios que os partidos têm de enfrentar nessa região, defendendo que eles são consequência do impacto que o sistema de representação sofreu, devido às transformações socioeconômicas e políticas, do Estado e da sociedade.

Apesar dos prognósticos e de algumas análises pessimistas quanto à relevância dos partidos, há segundo Sáez e Freidenberg (2002) uma tendência geral que se manifesta e atribui certa estabilidade na configuração dos sistemas partidários latino-americanos. Nas palavras dos autores:

[...] os partidos na América Latina continuam estruturando a competição e dando forma aos resultados eleitorais; continuam criando o universo conceitual que orienta os cidadãos e as elites no que se refere à compreensão da realidade política ajudam a costurar acordos em torno de políticas governamentais, estabelecem ações para a produção legislativa; provêm de quadros as instituições e, com tudo isso, tornam o sistema político operativo. Os partidos continuam sendo os atores principais na estruturação da dinâmica política latino-americana, apesar de certas exceções de sistemas pontuais e do papel que cada vez mais têm os meios de comunicação de massa e alguns novos movimentos sociais. (SÁEZ &

FREIDENBERG, 2002, pág. 6)

Se for possível afirmar que um sistema democrático implica em alguma incerteza política, é também possível afirmar que sua consolidação implica no surgimento de um padrão de disputa relativamente estável, a exemplo das novas democracias, que quanto mais duradouro for o padrão de competição partidária, maiores serão as chances de que os eleitores criem imagens e lealdades com os partidos. Além disso, a existência de sistemas partidários ainda em fase de consolidação, como no caso de alguns países da América Latina, não implica necessariamente em regimes não consolidados. Os partidos não desempenham as mesmas funções que desempenhavam nas chamadas “velhas” democracias, assim, por mais que tenham um papel fundamental, eles perderam sua centralidade enquanto fator essencial e único para a consolidação democrática (PHILIP SCHNEIDER, 2001; KINZO, 2004; 2007).

Trazendo novos elementos para a discussão Albala e Vieira (2014) questionam a existência de uma crise dessas instituições na América Latina. De modo geral, os autores criticam a forma descontextualizada com que são utilizados conceitos clássicos da Ciência Política. Segundo suas ideias, uma razão considerável pela qual os eleitorados latino-americanos não devem ser analisados à luz de modelos desenvolvidos para investigar os contextos políticos europeus é o fato de que as mudanças na cultura política desses indivíduos se deram em situações distintas, uma vez que, boa parte das alterações vislumbradas na Europa ocorreram em regimes democráticos, ao passo que na América Latina as variações foram resultado de rupturas com regimes ditatoriais.

Diante do exposto, é salutar questionar se a queda nos indicadores de partidarismo atinge os países latino-americanos da mesma maneira como se verifica em democracias consolidadas. À vista disso, o próximo capítulo visa discutir o indicador de Identificação Partidária que será o foco principal desta pesquisa.

## 2. IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

Um recurso frequentemente empregado para avaliar a natureza e intensidade da relação entre cidadãos e partidos é o indicador de Identificação Partidária<sup>4</sup> (DALTON, MCALLISTER & WATTENBERG, 2003; DALTON, 2013). A IP é discutida principalmente a partir de três grandes teorias. A primeira delas é a psicossociológica, defendendo que a formação das preferências políticas ocorre por meio de experiências socializadoras que se dão ao longo da vida dos eleitores, desta forma, seria no convívio com seus pais, parentes ou amigos que são engajados ou demonstram simpatia por algum partido que seriam formadas as simpatias ou identificações dos eleitores (DALTON, 2013). A segunda abordagem deriva do modelo da Escolha Racional e interpreta a IP como um meio utilizado pelo eleitor para diminuir os custos da obtenção e processamento de informações políticas, servindo como uma espécie de “ponte” ou atalho para a tomada de decisões. A terceira perspectiva, elaborada por Fiorina (1981) incorpora elementos da escolha racional, sem desconsiderar a socialização.

Apesar da relevância dessa ligação subjetiva entre eleitores e legendas partidárias, parte da literatura especializada mais recente sobre o tema, tem apontado para uma constante queda nos índices de identificação partidária e, conseqüentemente, para as limitações desta medida, principalmente para a explicação do comportamento eleitoral (DALTON, MCALLISTER & WATTENBERG, 2003). Como apontam Dalton, McAllister e Wattenberg (2003), os decréscimos nas taxas de IP foram constatados a partir da década de 1970 e convergiram com o crescimento de tendências antipartidárias, resultando no levantamento de dúvidas quanto ao valor explicativo da variável. No que se refere à América Latina, há trabalhos que apontam para queda do referido indicador e também para sua instabilidade no decorrer dos pleitos. Sobre tais aspectos Baquero (2011) afirma que nas democracias latino-americanas os partidos são as instituições políticas mais desacreditadas pela população e as que mais carecem de confiança.

Apesar desses prognósticos e análises pessimistas quanto à relevância dos partidos, há segundo Sáez e Freidenberg (2002) uma tendência geral que se manifesta e atribui certa estabilidade na configuração dos sistemas partidários dessa região. Dessa forma os partidos continuam exercendo função como estruturar a competição e atribuir

---

<sup>4</sup> Usaremos a abreviação IP

forma aos resultados eleitorais.

Diante de tais discussões e tendo como panorama a noção de que os partidos são instituições fundamentais e importantes para a compreensão do comportamento eleitoral nas novas e também nas democracias antigas, este capítulo tem por objetivo situar o leitor acerca das principais formulações sobre a IP. Para tanto, o capítulo foi dividido em duas seções sendo a primeira referente às construções conceituais e teóricas da Identificação Partidária e a segunda relativa aos trabalhos contemporâneos sobre a referida medida, assim como sobre a tese do desalinhamento partidário.

## **2.1. INTERPRETAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA**

Segundo Dalton, McAllister e Wattenberg (2003) o conceito de identificação partidária foi proposto pela primeira vez por Angus Campbell (1960), tornando-se uma das bases do conhecimento sobre o comportamento político dos eleitores, já que, segundo o autor, proporciona estrutura e significado aos sistemas de crenças individuais, além de fornecer uma gama de percepções que ajudam os cidadãos a organizarem as complexidades da política.

Alguns autores preocupados com esse tema têm analisado o vínculo partidário a partir do processo de socialização do indivíduo. Seguindo esta perspectiva, o indivíduo convive com seus pais, parentes e amigos que são engajados ou demonstram simpatia por algum partido, e essas experiências socializadoras influenciariam a formação de suas preferências políticas (DALTON, 2013). Esta abordagem se aproxima da proposta pela Escola de Michigan, chamada de psicossociológica, na qual, a afeição partidária é interpretada como adesão psicológica, sendo forjada por bases afetivas durante o processo de socialização (FIGUEIREDO, 1991). Segundo Campbell et al (1960), a IP seria criada a partir de bases afetivas que resultariam em uma lealdade resistente e duradoura do eleitor com determinado partido. Dessa forma, o partidarismo funcionaria como uma identificação psicológica, na qual o partidário não é apenas aquele que vota em um partido, que se filia a ele ou segue sua ideologia. De acordo com o autor, os cidadãos são partidários porque acreditam que são, sendo a identificação um elemento de auto-definição que os ajudam a se localizarem dentro do mundo político.

A IP funciona como um filtro perceptivo utilizado pelos eleitores para identificar aquilo que é favorável à orientação de seu partido e também aquilo que não é



(CAMPBELL, MUNRO & ALFORD, 1986). Miller e Shanks (1996) argumentam que a simpatia partidária é algo semelhante à identificação religiosa, sendo uma ligação afetiva do cidadão com seu partido, ela pode atingir graus distintos de envolvimento, podendo o cidadão partidário se engajar em campanhas políticas, convencer outros eleitores a votar em seu partido, ou apenas, direcionar seu voto ao partido que simpatiza.

Por outro lado, os seguidores da abordagem da escolha racional interpretam a identificação partidária como um meio utilizado pelo eleitor para diminuir os custos envolvidos na obtenção e processamento de informações políticas, uma espécie de “ponte informacional” ou atalho para a tomada de decisões políticas. De acordo com Downs (1957), os partidos políticos se posicionam ideologicamente no cenário eleitoral com o intuito de contemplar o máximo possível de grupos sociais e assim, conquistar eleitores. Contudo, para manter a fidelidade destes, as instituições partidárias devem preservar suas ideologias de modo coerente e cumprir as propostas realizadas em campanha caso alcancem o governo. Nesse contexto, o eleitor observa o comportamento dos partidos e avalia se as ações deles estão em conformidade com os seus interesses, guardando percepções positivas e negativas sobre as legendas. Assim, em uma próxima eleição, pode utilizar este conhecimento adquirido previamente para tomar suas decisões, a fim de diminuir os custos informacionais, economizando tempo e recursos cognitivos. Os partidos então seriam encarados como pontos de referência aos quais os eleitores recorrem quando necessário em uma ação de benefício próprio visando não só a defesa de seus interesses econômicos e sociais, mas também a simplificação da complexidade gerada pelo cenário político. Logo, segundo a ideia da racionalidade do comportamento político, presente na teoria da escolha racional, a IP não seria simplesmente fruto de um processo afetivo ou de socialização como propõe a teoria psicossociológica, mas também o resultado de um processo de decisão racional, em que o cidadão realiza suas escolhas de maneira intencional, calculando prejuízos e benefícios, antes de realizar uma ação.

Fiorina (1981) traz novos elementos ao debate ao tentar realizar um contraponto entre as duas perspectivas, questionando principalmente a forma estática como o conceito de IP foi desenvolvido, colocando o eleitor como elemento passivo no processo, uma vez que, a IP influenciaria o jogo político, mas não seria afetada por este. Desse modo, o autor destaca que se a socialização do eleitor tem peso significativo no

desenvolvimento da identificação partidária, a avaliação que o indivíduo realiza enquanto eleitor em sua vida adulta, ao participar das eleições, tem peso maior ainda.

A identificação partidária seria o resultado de um processo no qual os eleitores realizam um monitoramento das propostas e do desempenho dos partidos no decorrer do tempo, criando a partir disso, um julgamento sumário utilizado para nortear suas decisões políticas. Porém, se as expectativas criadas sob os partidos forem constantemente abaladas e os anseios políticos dos partidários não forem alcançados, é presumível que sua relação com o partidos se modifique ou mesmo que se encerre.

Segundo Carreirão e Kinzo (2004), a teoria de Fiorina tenta explicar tanto as manifestações de estabilidade quanto as de mudanças na IP. Primeiramente porque ela fornece uma explicação política do fenômeno da identificação partidária, baseada no raciocínio de que quando um cidadão inicia sua experiência como eleitor, sua IP pode ser resultante de seu processo de socialização política. Contudo, conforme ele passa por experiências políticas no decorrer de sua vida adulta, a IP torna-se cada vez mais o resultado de sua avaliação dos acontecimentos que o cercaram nesse momento. Além disso, o autor propicia um mecanismo explícito para compreender as alterações na IP, pois, se os partidos se posicionam favoravelmente em relação a interesses definidos que correspondem a determinadas parcelas da sociedade, então, pode-se esperar que a maior parte dos eleitores avalie um partido como preferível a outro de acordo com sua posição na sociedade, o que produziria um cenário de estabilidade para IP ou mesmo, seu fortalecimento. Todavia, se os partidos são inconsistentes e instáveis ou a mobilidade social é extremamente alta dentro de uma sociedade, as taxas de IP podem oscilar, criando assim uma imprevisibilidade da medida.

As ligações partidárias promovem um maior envolvimento do público em campanhas eleitorais e eleições, proporcionando uma predisposição permanente do eleitor a votar no partido com o qual se identifica, criando uma espécie de âncora política, na qual o eleitor filtra informações e tende a votar nos candidatos de seu partido, acreditando que estes representam melhor seus interesses (DALTON, MCALLISTER & WATTENBERG, 2003). Como expõe Dalton:

[...]partiship is a central element in the functioning of citizens' political behavior and party systems. Partisan ties: bind individuals to their preferred political party, as well as the system of party democracy; help orient the individual to the complexities of politics; provide a framework for

assimilating political information and understanding political issues; act as a guide in making political judgments; mobilize individuals to participate in parties, elections, and the processes of representative government; provide a source of political stability for the individual and the party system; and, shape images of partisan politics, elections, and the process of representative democracy (DALTON, p. 6, 2013).

É importante ressaltar que a medida de Identificação Partidária é uma das variáveis que compõe alguns dos indicadores que buscam verificar a institucionalização e a suposta crise do sistema partidário (MAINWARING, 2001; MAINWARING; TORCAL, 2005; PAYNE, 2007), o que reforça sua importância enquanto *proxy* para a compreensão do comportamento político do eleitor. Ademais, vale pontuar que a referida variável difere da ideia de sentimentos partidários e também da filiação ou engajamento em partidos. Enquanto a IP representa uma simpatia ou proximidade do eleitor por determinada legenda, os sentimentos partidários consistem em uma junção de preferências e rejeições a partidos, que são internalizados pelos cidadãos no decorrer do processo eleitoral, em consequência da construção de imagens positivas e negativas das legendas partidárias (RIBEIRO; CARREIRÃO & BORBA, 2011). O engajamento, por sua vez, pressupõe a militância de indivíduos em ações conjuntas que buscam defender determinado partido ou posição (SEILER, 2000). Por fim, a filiação implica em um registro formal do indivíduo como membro de um partido (CERVI, 2012).

O conjunto dessas interpretações dá base para a compreensão da relação entre os eleitores e os partidos ao menos no que se refere às dimensões valorativas e atitudinais, dessa forma, o trabalho se desenvolveu principalmente sob a luz das ideias de Fiorina (1981) e de Dalton (2013), primeiramente por considerarmos que o eleitor é um personagem ativo no processo político, sendo influenciado e o influenciando, mas também, pela capacidade desses autores em contrapor e complementar as correntes psicossociológica e da escolha racional. Entretanto, compreendemos que tais abordagens tomaram como objeto empírico a prática das democracias consolidadas da América do Norte e da Europa. Dessa forma, se faz necessário tomar alguns cuidados antes de trazê-las para interpretar a conjuntura latino-americana. Assim, a próxima seção se ocupou em trazer tais discussões para o cenário que aqui nos propomos a estudar.

## 2.2. CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E A TESE DO DESALINHAMENTO

Vários trabalhos contemporâneos sobre o comportamento político têm procurado monitorar variáveis de lealdade partidária no decorrer do tempo (DALTON, MCALLISTER & WATTENBERG, 2003; DALTON, 2013; KINZO, 2005). Tais pesquisas foram produzidas com o intuito de verificar o comportamento e as tendências apresentadas pelo partidarismo e também os condicionantes de sua variação ao longo de um período. Carreras, Morgenstern e Su (2013), fazem um balanço sobre as principais classificações utilizadas pela literatura para analisar o partidarismo no decorrer do tempo e chegam a três situações básicas: alinhamento, desalinhamento e realinhamento.

O alinhamento ocorre quando: (1) a volatilidade eleitoral é baixa; (2) o nível de apoio aos partidos é alto e estável; (3) não há a emergência de novos partidos; (4) a participação eleitoral é estável; (5) e o número de votos inválidos permanece baixo. O desalinhamento, por sua vez, se dá por: (1) uma elevada volatilidade eleitoral; (2) redução do apoio aos partidos; (3) emergência de novos partidos; (4) declínio da participação eleitoral; (5) e aumento dos votos inválidos. Por fim, o realinhamento se caracteriza por: (1) um aumento da volatilidade eleitoral, seguido por gradual declínio; (2) ausência de significativo desencanto com o sistema partidário por parte dos eleitores; (3) um retorno durador no apoio aos partidos; (4) a possibilidade de emergência de novos partidos; (5) número de eleitores estável; (6) e números estáveis de votos nulos e inválidos.

Entendendo a Identificação Partidária como uma forma de apoio do eleitor aos partidos, baseada em dimensões atitudinais e valorativas, cabe destacar alguns trabalhos que se ocuparam em verificar a tendência de desalinhamento exposta acima, à luz da IP ou de *proxys* semelhantes.

O conceito de Identificação Partidária tornou-se a principal ferramenta teórica na explicação do comportamento eleitoral norte-americano e um paradigma na análise da estabilidade do sistema partidário no período de 50 e 60 (BRAGA E PIMENTEL JR. 2011). Todavia, parte da literatura especializada aponta para uma constante queda nos índices de identificação partidária e, conseqüentemente, para limitações desta medida enquanto variável explicativa do voto. Como apontam Dalton, McAllister e Wattenberg (2003), os decréscimos na IP foram constatados a partir da década de 1970 e vem

convergindo com o crescimento de tendências antipartidárias, fato que tem levantado dúvidas quanto a sua capacidade explicativa como preditor das escolhas eleitorais.

Dalton, Flanagan e Beck (1984) apontam para a hipótese do desalinhamento partidário, afirmando que os laços partidários sofreram uma erosão geral decorrente da modernização política e social das sociedades industriais avançadas. Segundo os autores, esse processo é uma tendência que se desenvolveu devido à junção de fatores individuais e sistêmicos que estão transformando as democracias industriais contemporâneas. Um dos indicativos de mudança no padrão da IP foi à constatação de uma crescente volatilidade partidária no decorrer dos pleitos e a maneira como as decisões eleitorais tornaram-se desligadas da lealdade partidária, além disso, o constante aumento da volatilidade eleitoral foi caracterizado pela baixa lealdade dos eleitores em relação as legendas à cada eleição (DALTON, MCALLISTER & WATTENBERG, 2003; DALTON e WATTENBERG, 2000; DALTON, 2013).

A queda nas taxas de identificação partidária tem preocupado diversos cientistas políticos, sobretudo em razão dos seus efeitos sobre o desenvolvimento democrático, tendo em vista que essa variável é um dos indicadores utilizados para verificar o nível de institucionalização de um sistema partidário e também uma das medidas empregadas para justificar a suposta crise dos partidos. Várias pesquisas tem se concentrado em analisar o desempenho da IP no decorrer dos anos a fim de observar seu comportamento e dentre essas o declínio da preferência partidária foi constatado nos Estados Unidos, em países da Europa (DALTON, 2013; DALTON, MCALLISTER & WATTENBERG, 2003) e também, em algumas nações da América Latina (KINZO, 2005; MÉNDEZ & MORENO, 2007).

Nos Estados Unidos, inicialmente o declínio do partidarismo foi associado a crises políticas exclusivas do país, a saber: o movimento dos direitos civis, a Guerra do Vietnã, o interesse das elites políticas na redução do engajamento partidário, a modernização social e as agitações urbanas geradas por este momento (DALTON, 2013). Na Europa, Dalton, Mcallister e Wattenberg (2003) realizaram uma sondagem em quatorze países com o intuito de verificar o comportamento das taxas de IP. Das nações investigadas, doze apresentaram tendências negativas, sendo eles: Áustria, Grã-Bretanha, Dinamarca, França, Alemanha, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Suécia, além dos Estados Unidos, incluído na pesquisa para fins comparativos. A Finlândia não apresentou valores estatisticamente significantes e

apenas a Bélgica, demonstrou crescimento em suas taxas no período de 1975 a 1996. No que tange a América Latina, foram constatados declínios nas taxas de IP em países como Brasil (KINZO, 2005) e México (MÉNDEZ & MORENO, 2007). Entretanto, é necessário ressaltar que a maior parte dos trabalhos realizados sobre esta região tem focado seus esforços em compreender o partidarismo a partir de outras variáveis, como a de confiança nos partidos (ALBALA & VIEIRA, 2014; SÁEZ & FREIDENBERG; 2002) ou a volatilidade eleitoral (CARRERAS, MORGENSTERN & SU, 2013), deixando certa lacuna no que se refere à IP.

Ainda no que tange ao decréscimo do partidarismo, outro indicativo do desgaste na relação entre cidadãos e partidos é o crescimento do número de eleitores não partidários pós década de 1970. No período de 1952 à 1964, aproximadamente 75% dos norte-americanos se declarava Democrata ou Republicano, ao passo que após este período os valores se inverteram e a maior parte passou a se declarar independente (DALTON, 2013). Além disso, Dalton e Wattenberg (2002) apontam para alguns fatores que estão contribuindo para a redução da IP, merecendo destaque as mudanças nas práticas dos partidos e de seus candidatos em busca de novas estratégias de campanha e o aumento da influência da mídia sobre as informações políticas.

Os diagnósticos acerca da queda do partidarismo apontam tanto para fatores causais de origem estrutural quanto para elementos de nível individual, tendo em vista que durante o século XX ocorreram transformações na organização dos partidos e também na cultura política dos eleitores (GIMENES, 2014). Dessa forma, é necessário compreender o impacto dos fatores individuais na IP, pois, o distanciamento das massas em relação aos partidos não seria apenas uma consequência de fatores estruturais, mas também decorrente de predisposições individuais, como o aumento da escolaridade, do interesse e do acesso às informações políticas por parte dos eleitores. Parte relevante da literatura internacional tem evidenciado o aumento dos níveis educacionais pós Segunda Guerra Mundial como um fator condicionante na identificação de cidadãos contemporâneos cognitivamente mais engajados (DALTON, 1984; INGLEHART, 1990). Há apontamentos de que a participação partidária é uma forma de mobilização em que se associam em maior medida cidadãos mais escolarizados, que se entendem como politicamente relevantes, com maior proximidade com os assuntos políticos, mais acesso à informação e também mais ativos em termos eleitorais e associativos (DALTON, 2013).

De acordo com Dalton e Wattenberg (2000), o crescimento do nível educacional contribuiu para o aumento dos recursos cognitivos e políticos dos cidadãos e, conseqüentemente, aguçou seu interesse pelos assuntos da vida pública. Com maior desenvolvimento cognitivo e maior acesso a informação, o eleitor estaria se tornando auto-suficiente para avaliar o jogo político, configurando um processo em que a mobilização cognitiva para a política estaria contribuindo para o processo de desalinhamento partidário. É válido ressaltar a diferença conceitual da mobilização cognitiva para identificação partidária, pois esta é representada pelo norteamo das decisões do eleitor devido a sua identidade partidária, enquanto que a mobilização cognitiva implica que o eleitor detenha as habilidades e recursos necessários para se envolver no cenário político sem depender de sinalizações externas ou partidárias (BAQUERO, 2000).

Em seu livro “The Apartisan American” (2013) Dalton cita algumas abordagens que consideram o partidarismo como um sinônimo de falta de visão, de vontade e de compromisso com a política e uma tendência a posicionar os interesses do partido à frente daqueles almejados pelos eleitores. Seguindo esta ideia, o cidadão ideal seria aquele que faz escolhas políticas de maneira objetiva, sem vínculo emocional com um partido político. Dessa forma, o movimento de enfraquecimento dos laços partidários é algo positivo, já que indicaria o crescimento de um perfil de eleitor que seria independente dos partidos. Por outro lado, há pesquisas que avaliam os não partidários como aqueles que não acompanham o noticiário sobre política, não entendem os discursos políticos e escolhem seus votos sem preocupação com a participação efetiva nas eleições.

De acordo com Dalton, o eleitor norte-americano contemporâneo é menos partidário e detêm mais habilidades cognitivas para administrar as complexidades políticas, desta forma, o crescimento de eleitores que não simpatizam com partidos, não significaria uma desmobilização política e também não apresentaria risco para o desenvolvimento democrático. No entanto, o crescimento de eleitores sem vínculos partidários torna o sistema eleitoral mais imprevisível.

Partindo dessas discussões, o referido autor afirma que apenas a dicotomia, partidário e não-partidário seria insuficiente para explicar a queda do partidarismo nos Estados Unidos, já que a sofisticação cognitiva foi constada como uma das principais responsáveis pelo decréscimo. Assim, o autor propõe uma taxinomia do eleitorado

dividido em quatro tipos. O primeiro seria o dos independentes, eleitores não ligados a partidos e sem sofisticação cognitiva, que demonstram menor preocupação com as questões políticas e os candidatos, bem como menor propensão a votar. Os apartidários compõem a segunda categoria, reunindo indivíduos que possuem sofisticação cognitiva e se orientam por suas próprias competências, sem depender de rótulos partidários. A terceira categoria, dos partidários rituais, é composta por eleitores que expressam identificação com determinado partido, são guiados por eles na ausência de recursos cognitivos e os apoiam nas eleições, mas possuem conhecimento restrito sobre as questões políticas. Por fim, temos a categoria dos partidários cognitivos, eleitores partidários, mais esclarecidos politicamente, com mais acesso a informações políticas e mais mobilizados cognitivamente.

Quanto a América Latina, pouca atenção tem sido dispensada a análise do comportamento político dos cidadãos com relação aos partidos políticos (GIMENES; RIBEIRO; BORBA, 2014), principalmente no que diz respeito a variáveis de caráter atitudinal como a IP. Dentre alguns dos trabalhos realizados podemos destacar as contribuições de Carreirão e Kinzo (2004) que expõe alguns dos fatores responsáveis pela queda nas taxas de IP no Brasil. De acordo com os autores, em primeiro lugar, o fato de algumas funções que eram tradicionalmente executadas pelos partidos, passarem a ser efetuadas por outras instituições, sendo o exemplo categórico o papel exercido pelos meios de comunicação nas campanhas eleitorais. Em segundo lugar, o aumento na escolaridade e a ampliação do acesso à informação através dos novos meios de comunicação fizeram com que as novas gerações aumentassem sua capacidade de absorver as informações políticas, sem a necessidade de usar os partidos como atalhos de informação. Os autores também apontam para a existência de uma avaliação predominante entre os estudos no que tange o impacto da diminuição da relevância dos partidos na decisão do voto.

Diante da queda nas taxas do partidarismo os estudiosos tem se posicionado de forma distinta criando perspectiva positivas e negativas, bem como questionando algumas abordagens realizadas quanto a esse fenômeno e seu impacto, tanto nas democracias consolidadas, quanto nas novas.

Pesquisadores com uma visão mais positiva apontam que a queda do partidarismo está associada a um refinamento cognitivo dos eleitores, o cidadão mesmo não expressando IP, seria detentor de valores democráticos e capaz de lidar e atuar no



cenário político independente dos partidos, fato que o tornaria o cidadão ideal para a democracia (DALTON, MCALLISTER & WATTENBERG, 2003; DALTON e WATTENBERG, 2000; DALTON, 2013). Como expõe Dalton (2013), mesmo com a constatação de uma constante queda nas taxas de identificação partidária nos Estados Unidos, essa medida ainda é um forte preditor da decisão do voto, pois, nas eleições majoritárias os indivíduos que simpatizam com um partido e votam nele são sempre superiores a 80%.

Braga e Pimentel Jr. (2011), também advogam contra a ideia de que os partidos não são importantes para a explicação do comportamento eleitoral. De acordo com os autores, mesmo que os partidos não estejam internalizados em termos de identificação partidária, eles ainda constituem uma variável importante para a compreensão do comportamento do eleitor e de sua decisão de voto.

Por outro lado, a visão pessimista, liderada principalmente pelos argumentos de Marcello Baquero, questiona o futuro do sistema, sobretudo, quanto às funções que as instituições partidárias deveriam desempenhar, mas não o fazem na agregação de interesses e na educação política dos eleitores. Assim, a descrença nos partidos seria também uma fragilidade em sua legitimidade, fato que pode abalar os pilares da democracia (BAQUERO, 2000). Nesse sentido, Putnan (2003) destaca que a elevação do apartidarismo traria riscos a democracia como a diminuição do comparecimento eleitoral, a fluidez na formulação de opiniões e opções de votos e o ceticismo com relação aos processos e instituições representativas.

Ainda, segundo Baquero (2000), a queda da IP em democracias novas como a latino-americanas, seria algo extremamente problemático, pois, mesmo que tal fenômeno seja considerado como “normal” ou positivo por alguns autores em sociedades materialmente consolidadas, no caso das novas democracias o enfraquecimento dos laços entre eleitores e partidos pode culminar em um jogo corporativo e resultar em autoritarismo, ou seja, representam um grande perigo ao desenvolvimento democrático.

Bartolini e Mair (1990) expressam dúvidas quanto ao fato de os padrões de comportamento eleitoral, como a volatilidade e a fragmentação partidária, indicarem um crescente desalinhamento e conseqüente enfraquecimento dos partidos. Segundo os autores, é algo arriscado afirmar que os laços partidários estão em declínio ou frágeis em um espaço de tempo muito pequeno, considerando que essa tendência se funde com

os padrões normais de mudança partidária nas eleições. A mudança na escolha dos partidos é uma ação normal no processo eleitoral e os períodos de grande volatilidade ou queda na preferência partidária estão presentes na maioria das democracias. Além disso, autores como Keith et al (1992), afirmam que não foi o partidarismo que se enfraqueceu, mas apenas a declaração de apoio aos partidos. Dessa forma, muitos eleitores se declaram independentes dos partidos, porém, em sua vida política tendem a inclinar-se a um partido específico. Assim, a ascensão de eleitores independentes dos partidos representa uma mera mudança no modo como os eleitores se definem, sem qualquer consequência real.

Vale destacar também os argumentos de Carreras, Morgenstern & Su (2013), ao defenderem que o conceito de desalinhamento não é o mais adequado para analisar o cenário partidário na América Latina. Segundo os autores, esses conceitos foram criados a partir do panorama de democracias da América do Norte e Europa Ocidental, onde ocorreu o processo de alinhamento. Como o desalinhamento e o realinhamento pressupõem a existência anterior do alinhamento, não é possível classificar democracias como a latino-americana a partir dessas categorias, já que nesses países não é possível afirmar a existência de um período de estabilidade ou constante crescimento das taxas de IP. Partindo dessa discussão os autores apontam a necessidade da construção de uma nova categoria para avaliar o sistema partidário da região, uma espécie de desalinhamento ou alinhamento parcial.

Diante do que foi exposto, este trabalho considera a identificação ou a simpatia partidária como uma variável importante para a compreensão do sistema eleitoral e da lógica democrática. Nossa orientação teórica fundamental está em Fiorina (1981), para quem o eleitor é um agente passivo e ativo no processo eleitoral, recebendo influência dos partidos durante sua socialização, mas também, agindo e modificando seu comportamento político de acordo com o cenário político em que se encontra. Portanto, defendemos que um dos aspectos mais importantes da natureza de um sistema partidário é a ligação dos eleitores com os partidos políticos, uma vez que essa relação impacta nos direcionamentos do comportamento eleitoral, pois influencia a formação e interação do eleitor com o cenário político (DALTON, MCALLISTER & WATTENBERG, 2003).

A vista disso, neste trabalho visamos mensurar tal relação a partir da simpatia do eleitorado com os partidos, entendendo que essa medida representa

um sentimento de afinidade e proximidade, levando os indivíduos a criar laços, sejam eles duradouros ou não. Pretende-se, assim, contribuir para o avanço das investigações acerca do partidatismo na América Latina e, conseqüentemente, para o melhor entendimento da relação entre os eleitores e os partidos. Também, assumimos certo ceticismo quanto à ideia de que os partidos estão de fato em crise na região. Dessa forma, analisamos longitudinalmente os dados do *survey* LAPOP sobre opinião pública e utilizamos técnicas de estatística descritiva e inferencial, para atingir os objetivos desejados, conforme será descrito no próximo capítulo.

### **3. DETALHAMENTOS DA METODOLOGIA**

Para melhor organizar o debate e a discussão sobre os resultados, este capítulo apresenta o detalhamento da metodologia empregada e também, das técnicas estatísticas utilizadas na presente pesquisa. O capítulo foi dividido em duas seções, sendo que, na primeira mostramos as condições e filtros utilizados para escolha da variável de Identificação Partidária, bem como, sua aplicação em outros trabalhos. Enquanto na segunda, expomos os detalhes dos demais *proxys* selecionadas para explicar a IP e também dos testes estatísticos e cálculos realizados para obtenção dos resultados que foram apresentados no capítulo quatro.

#### **3.1. PROCESSO DE SELEÇÃO DA VARIÁVEL DE IP**

A escolha da Identificação Partidária em detrimento de variáveis como a filiação ou o engajamento partidário se deu primeiramente em razão da ausência de trabalhos que investiguem seu comportamento na América Latina e nos países que a compõe, mas também pela nossa convicção a respeito da importância de considerar as dimensões cognitivas, atitudinais e valorativas, enquanto elementos fundamentais para a compreensão do comportamento político. O desenvolvimento deste trabalho passou pela seleção de uma variável que pudesse representar empiricamente tal conceito, tendo em vista as distintas questões elaboradas pelos *surveys* para captar as formas de relação entre eleitores e partidos. Dessa maneira, foi selecionada para a investigação a questão

“Close to any party?”<sup>5</sup> presente nos questionários do LAPOP no período de 2006 a 2014. Este *survey* aborda diferentes temas relacionados ao comportamento político e eleitoral, sendo aplicado a uma amostra representativa da população<sup>6</sup> em mais de vinte países, em pesquisas regulares na América Latina e Caribe.

É preciso ressaltar que as variáveis utilizadas para medir a IP são adaptadas de acordo com o idioma do país onde o questionário é aplicado e também sofrem alterações na forma como a questão é elaborada pelos distintos *surveys*. Dalton (2013), por exemplo, utiliza a questão “Generally speaking, do you think of yourself as a Republican, a Democrat or an Independent, or what?” presente no ANES, enquanto Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) trabalharam com as variáveis “Existe algum partido que representa a forma como o (a) Sr.(a) pensa?” e “Existe algum partido que o(a) Sr.(a) goste?” encontradas no ESEB. Gimenes, Ribeiro e Borba (2014), por sua vez, utilizam em suas análises a mesma variável que nos propomos a investigar. Nesse sentido, não existe uma padronização deste *proxy* dentro das pesquisas que se ocuparam em investigá-la, basicamente devido as dificuldades encontradas pelos pesquisadores em conseguir questões idênticas em diferentes questionários. Assim, a seleção das variáveis se concentra em procurar questões que representem de forma efetiva uma ligação, proximidade ou simpatia dos eleitores com os partidos. Portanto, entendemos que a variável acima apresentada supre as necessidades desta pesquisa já que entendemos a palavra “simpatiza” como um sinônimo de identificação ou de proximidade com determinado partido.

Além desta medida, foram utilizadas variáveis de caráter socioeconômico, cognitivo e atitudinal, com o objetivo de estabelecer o perfil do eleitor que expressa simpatia partidária. É preciso ressaltar que outros indicadores de igual importância, tais como frequência de conversa sobre política, importância atribuída ao voto, eficácia política subjetiva, acompanhamento de campanha eleitoral, dentre outros, não foram inclusos devido a sua ausência no questionário em determinados anos, causando quebras na investigação. Assim, foram empregadas apenas as que não se mostraram faltosas no *survey* durante o período de 2006 a 2014.

---

<sup>5</sup> Em português a questão foi traduzida como, “Atualmente o sr/sra simpatiza com algum partido político?” e em espanhol, “¿En este momento, simpatiza con algún partido político?”

<sup>6</sup> As amostras representativas variam entre 1450 e 3029, de acordo com a população de cada país, sendo a amostra total, ou seja, para todos os anos e países investigados  $n = 123956$ .

### 3.2. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E TÉCNICAS

Para melhor compreender a forma como as variáveis foram empregadas na realização dos testes, segue no Quadro 1 o detalhamento de suas codificações e amplitudes, as especificações sobre alterações de valores e recodificações encontram-se no apêndice anexado no fim do trabalho.

Quadro 1 – Descrição das variáveis

<b>Variável</b>	<b>Codificação</b>	<b>Amplitude</b>
<b>Identificação partidária</b>	0=Não; 1=Sim	2
<b>Sexo</b>	0=Masculino; 1=Feminino	2
<b>Idade</b>	1=16 - 29; 2=30 - 59; 3=60 ou mais	3
<b>Renda</b>	1 = Baixa até 16=Alta	16
<b>Índice de cognição (Escolaridade + Interesse por Política)</b>	1 = Baixo até 7=Alto	7
<b>Capacidade de posicionamento ideológico</b>	0= Não soube; 1=Soube	2
<b>Voto</b>	0=Não votou; 1=Votou	2
<b>Apoio ao sistema político vigente</b>	1 = Baixo até 7=Alto	7
<b>Obtenção de informação</b>	1 = Baixo até 4=Alto	4
<b>Preferência pela democracia</b>	1 = Baixo até 7=Alto	7

Fonte: Elaborado pelo autor

Para verificar o comportamento da IP no decorrer do período foi utilizada uma técnica chamada de contrastes polinomiais, que permitiu a análise das tendências dessa variável partindo da comparação com funções polinomiais. Deste modo, foi possível classificar a tendência assumida pela referida variável mesmo com apenas cinco pontos temporais, permitindo assim, classificar seu comportamento entre linear, seja crescente ou decrescente, e não linear. A tendência linear representa uma alteração proporcional dos valores da variável dependente ao longo de uma ordenação, de modo que tal função é representada por uma reta que pode ser positiva ou negativa, de acordo com o comportamento da variável dependente, enquanto a não linear é composta pela volatilidade desse indicador no decorrer do período ou cenários onde ocorrem alterações na direção dos dados através de uma curva em algum ponto, a qual indica um decréscimo ou acréscimo dos valores, com posterior recuperação destes em direção aos valores iniciais (FIELD, 2013).

O objetivo com esse teste é realizar uma análise mais robusta e criteriosa, que nos permita ultrapassar algumas das limitações da técnica descritiva de gráficos, muitas vezes realizada de forma intuitiva levando a conclusões equivocadas sobre determinado fenômeno. Também foi utilizado nesse monitoramento o modelo de regressão logística binária, tomando como variável de saída a IP e como preditoras as apresentadas no Quadro 1. De modo geral a regressão logística consiste em uma regressão múltipla, porém, com uma variável de saída categórica binária. Desse modo, é possível prever de modo probabilístico a qual, dentro de duas categorias, é provável que um caso pertença, dado certas informações, sendo elas advindas de *proxys* contínuas ou categóricas. Como em variáveis de caráter dicotômico não é possível estabelecer relações lineares, o método logístico contorna essa limitação com uma transformação logarítmica, que mantém a forma do relacionamento linear enquanto a relação em si não o é. Como é possível observar na equação abaixo,  $P(Y)$  é a probabilidade da ocorrência de  $Y$ , dada por 1 dividido por *Euler* (base dos logaritmos naturais) elevado aos coeficientes da equação, formando uma combinação linear muito parecida com a regressão simples.

$$P(Y) = \frac{1}{e^{-(b_0 + b_1 X + \beta_i)}}$$

Assim, a equação de regressão logística é baseada no princípio de que ela

expressa uma equação de regressão linear múltipla em termos logaritmos, fato que resolve o problema da quebra de linearidade (FIELD, 2013; AGRETI & FINLAY, 2012). Tal procedimento foi adotado com o propósito de verificar se ao fim do período, a IP teve um saldo negativo, positivo ou neutro no que tange a relação dos eleitores com os partidos políticos, tanto para a América Latina em conjunto quanto para as unidades nacionais que a compõe.

Ademais, foram realizados também testes de regressão logística binária com o intuito de estabelecer o perfil do eleitor partidário latino-americano, para tal tomamos como variável de saída a IP e como predictoras as variáveis socioeconômicas, cognitivas e atitudinais, expostas no Quadro 1.

É necessário também apontar para as limitações presentes no modelo de investigação proposto neste trabalho, sendo a primeira referente às particularidades dos sistemas democráticos dos países da América Latina, com processos de consolidação distintos e sistemas partidários, políticos e eleitorais consideravelmente diferentes. A segunda refere-se ao curto espaço temporal para o qual dispomos de dados, sistematizados e sequenciais que permitam uma análise longitudinal mais concreta e robusta. Todavia, no que se refere a primeira limitação é válido argumentar que, em pesquisas comparativas como esta, envolvendo um amplo número de unidades nacionais, a consideração das particularidades de cada local se torna inviável e dá espaço para conclusões mais gerais sobre os fenômenos. E ainda, defende-se também que análises como esta contribuem para a melhor compreensão da relação entre eleitores e partidos políticos na região latino-americana, ainda pouco explorada pelos cientistas políticos, principalmente no que diz respeito aos sentimentos e a opinião dos eleitores quanto à lógica política. Desta maneira, a discussão da temática em questão é vista de modo positivo, principalmente pelo papel central que os partidos desempenham no funcionamento das democracias e também, considerando sua importância para a manutenção desses regimes. Considerando-se tais aspectos, o próximo capítulo apresenta um monitoramento longitudinal da IP no período investigado, e também, o perfil do eleitor que expressa IP neste mesmo período.

#### **4. TENDÊNCIAS E CONDICIONANTES DA IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA**

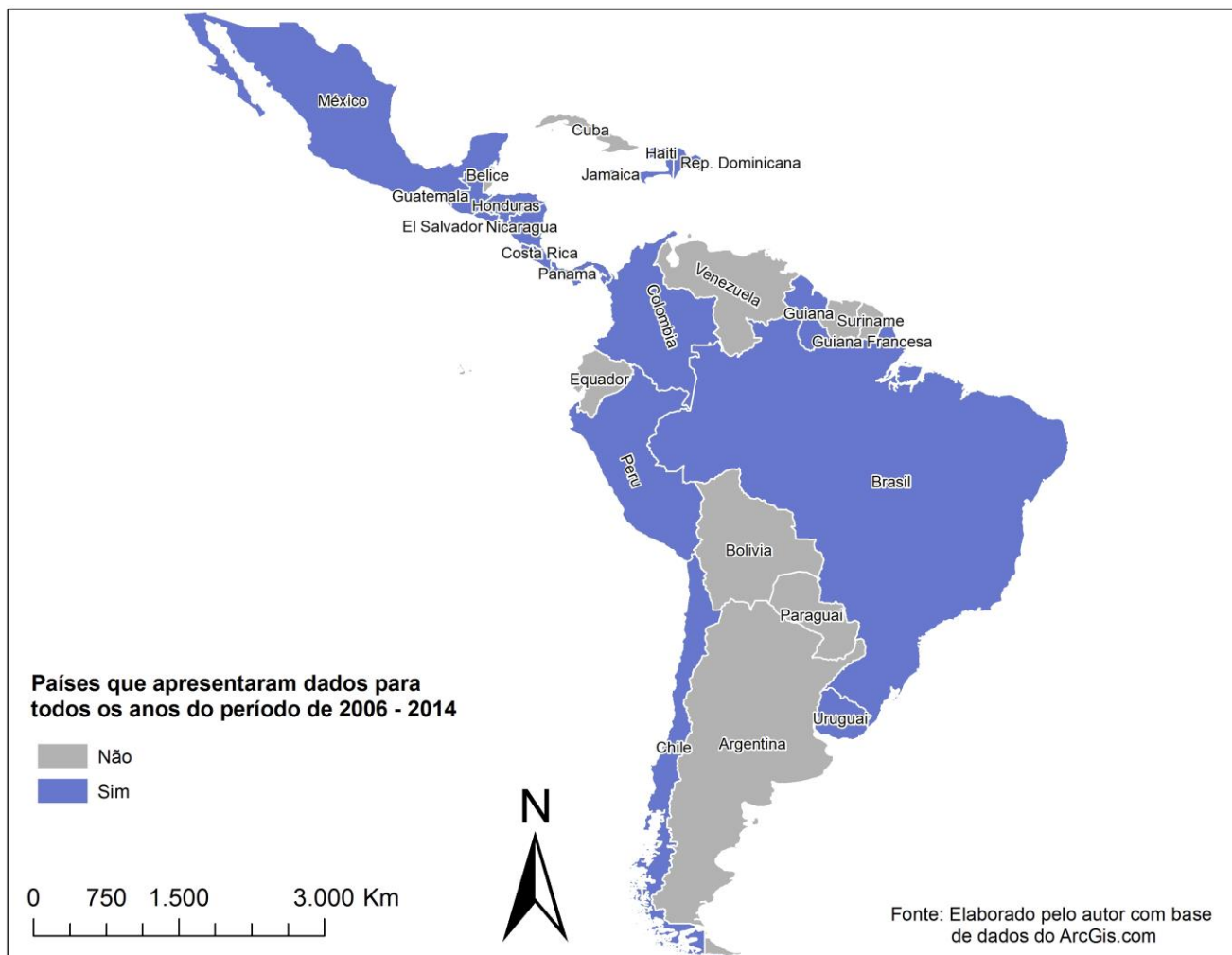
Nesse capítulo apresentamos os resultados obtidos a partir das análises conduzidas e propomos a sua discussão à luz da literatura utilizada. Para melhor organizar a discussão acerca desses dados este capítulo foi dividido em duas seções, sendo a primeira (4.1) referente ao monitoramento da IP no período de 2006 a 2014, a segunda (4.2) sobre o perfil do eleitor latino-americano que expressa simpatia partidária.

##### **4.1. MONITORAMENTO DA IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA NO PERÍODO DE 2006 - 2014**

A primeira parte da investigação consistiu em verificar a existência de dados sobre a Identificação Partidária no LAPOP e, após o mapeamento, foi possível constatar que a referida variável estava disponível no *survey* somente a partir de 2006, tendo uma frequência bianual até 2014. Ademais, para alguns países não temos os dados necessários para todos esses anos, dessa forma, trabalhamos com todo o conjunto de nações apenas na análise descritiva, sendo a parte inferencial realizada apenas com os países que apresentaram as informações para todos os anos. Como é possível observar no Mapa 1, os países selecionados totalizaram dezesseis, sendo eles: Brasil, Chile, México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Peru, Uruguai, República Dominicana, Jamaica, Haiti e Guiana.



Mapa 1 – Mapa da América Latina e os países que apresentaram os dados necessários para a pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do ArcGis.com

Na Tabela 1, se verifica a distribuição das médias e do desvio padrão da Identificação Partidária para os países que compõe a América Latina e para seu conjunto, mais os Estados Unidos e o Canadá no período de 2006 a 2014, esses últimos incluídos na análise para fins de comparação. Partindo da observação dos dados temos que os países da região que detém as maiores taxas de IP são o Uruguai e a República Dominicana, tendo valores superiores a 50% para os cinco anos, resultando em uma média de 56,66% e 60,58%, respectivamente para o período. Se compararmos estes dois países com as taxas de democracias consolidadas como os Estados Unidos, vemos que a República Dominicana obteve valores superiores, enquanto o Uruguai se mostrou próximo, porém um pouco abaixo dessa média. Essas duas nações foram as que mais se

aproximaram das médias dos E.U.A, que aparece com 62% em 2006 e fecha com 55% em 2014, tendo uma média de 58,84% durante o período. Todos os demais países tiveram médias gerais abaixo de 50%, contando com algumas exceções como a Costa Rica em 2010 (52,30%) e 2014 (67,40%) e a Jamaica em 2006 (58,50%). Outros países que chamam a atenção são Guatemala e Guiana que apresentam médias extremamente inferiores. Mesmo quando comparados às médias gerais da América Latina, ambos obtiveram valores inferiores a 20% no que diz respeito ao saldo geral de período.

Dessa forma, se tomarmos os E.U.A como parâmetro de comparação temos que a América Latina em sua maioria detém médias de Identificação Partidária relativamente menores. Todavia, nesse sentido, vale destacar o trabalho de Braga e Pimentel Jr. (2011) que realizaram um levantamento da taxa de identificação partidária no período de 1996 a 2000 e de 2000 a 2005 para diversas democracias revelando que a conexão entre eleitores e partidos em países como o Brasil e o México, se comparada a outras nações, não os coloca em uma posição tão negativa quanto à visão exposta por alguns estudiosos, já que eles encontram-se um pouco acima da média mundial que é de 42,7% para o primeiro período e de 47,7% para o segundo<sup>7</sup>, ficando muito próximo de países como Grã-Bretanha, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e Irlanda, e ainda apresenta percentuais superiores aos do Japão, Alemanha, Coreia do Sul, Bélgica e Holanda. No entanto, Peru e Chile tiveram médias muito inferiores às mundiais entre 1996 e 2000, o que atesta a diversidade de comportamento desse indicador na região.

Outro ponto observado a partir da tabela foi à variação dos dados em relação à média, através do coeficiente de variação. Com seus retornos, constatamos que os países com  $CV > 0,30$ <sup>8</sup>, apresentaram uma elevada heterogeneidade entre suas médias, sendo eles: Costa Rica, Equador, Chile, Guiana e Belize. Os demais se mostram relativamente homogêneos no decorrer do período. Tais resultados nos dão os primeiros indícios de que a IP nestes anos não se comporta de maneira aleatória, mantendo um determinado padrão.

---

<sup>7</sup>O Brasil teve uma média de 49,4% para o período de 2000 a 2005, o México de 51,9% e para 1996 a 2000 de 48,2%. O Chile atingiu 20,7% e o Peru 22,8% para o primeiro período.

<sup>8</sup> O coeficiente de variação é uma razão entre o desvio padrão e a média, que nos aponta a homogeneidade dos dados para  $CV < 0,30$  ou a heterogeneidade para  $CV > 0,30$  (BUSSAB & MORETTIN, 2013).

Tabela 1 - Identificação partidária na América Latina, Estados Unidos e Canadá no período de 2006 a 2014.

	2006	2008	2010	2012	2014	Média	Desvio Padrão	CV
México	49,20%	32,20%	28,50%	36,10%	27,40%	34,68%	0,09	0,26
Guatemala	14,70%	15,90%	18,30%	12,90%	11,40%	14,64%	0,03	0,20
El Salvador	31,30%	40,90%	34,40%	30,90%	44,70%	36,44%	0,06	0,16
Honduras	44,20%	48,70%	43,70%	39,70%	40,00%	43,26%	0,04	0,09
Nicarágua	49,80%	40,30%	43,00%	54,50%	46,90%	46,90%	0,06	0,13
Costa Rica	36,20%	30,30%	52,30%	26,20%	67,40%	42,48%	0,17	<b>0,40</b>
Panamá	20,80%	32,10%	30,30%	26,00%	45,60%	30,96%	0,09	0,29
Colômbia	28,60%	29,20%	37,20%	25,50%	28,20%	29,74%	0,04	0,13
Equador	*	18,90%	15,70%	22,50%	45,00%	25,52%	0,13	<b>0,51</b>
Bolívia	*	27,30%	31,10%	15,90%	25,60%	24,97%	0,01	0,04
Peru	29,90%	19,20%	21,20%	16,40%	19,20%	21,18%	0,05	0,24
Paraguai	*	59,00%	39,20%	45,70%	40,30%	46,05%	0,09	0,20
Chile	25,60%	21,40%	11,60%	14,40%	13,10%	17,22%	0,06	<b>0,35</b>
Uruguai	53,30%	50,40%	66,20%	53,40%	60,00%	56,66%	0,06	0,11
Brasil	34,10%	25,20%	31,40%	30,40%	23,00%	28,82%	0,05	0,17
Venezuela	32,50%	32,60%	*	*	44,50%	36,53%	0,07	0,19
Argentina	*	24,80%	19,50%	27,00%	25,70%	24,25%	0,01	0,04
República Dominicana	60,40%	70,30%	54,50%	63,40%	54,30%	60,58%	0,07	0,12
Haiti	37,90%	28,80%	27,60%	29,80%	34,30%	31,68%	0,04	0,13
Jamaica	47,10%	58,50%	42,90%	43,70%	39,40%	46,32%	0,07	0,15
Guiana	19,40%	11,50%	27,70%	27,10%	13,80%	19,90%	0,07	<b>0,35</b>
Trinidad & Tobago	*	*	*	*	29,90%	29,90%	*	*
Belice	*	23,30%	29,10%	49,30%	35,10%	34,20%	0,11	<b>0,32</b>
Surinam	*	*	*	*	48,20%	48,20%	*	*
Bahamas	*	*	*	*	39,10%	39,10%	*	*
Estados Unidos	62,20%	61,00%	58,00%	58,00%	55,00%	58,84%	0,03	0,05
Canadá	50,70%	*	30,50%	31,60%	*	37,60%	*	*
América Latina	37,30%	36,30%	37,70%	34,60%	37,80%	36,74%	0,01	0,03

Fonte: Elaborado pelo autor com base no LAPOP (2006 - 2014) e nos dados do Pew Research Center U.S. Politics & Policy.

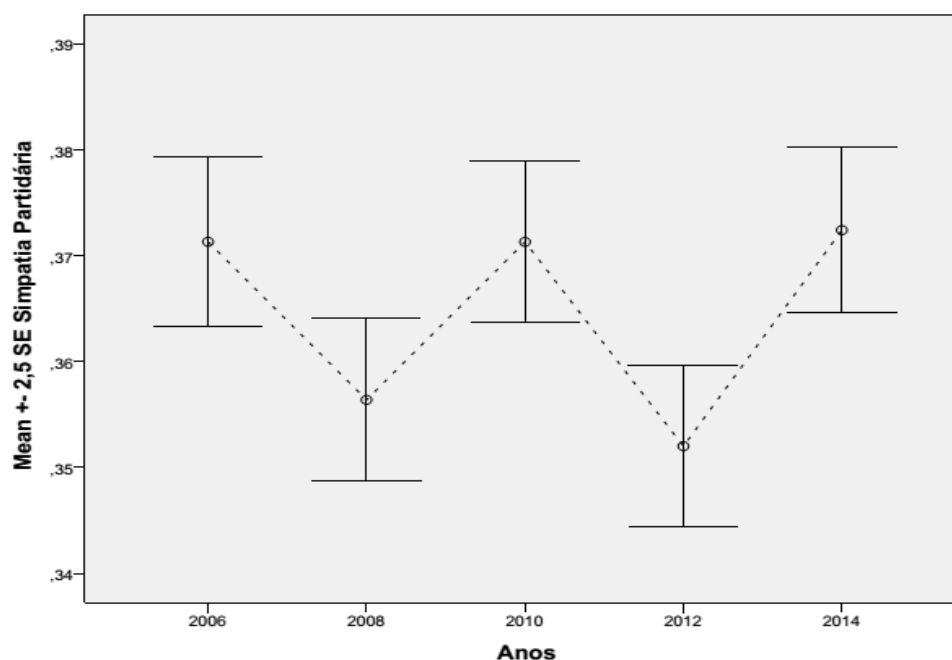
Segundo autores como Mainwaring (2001), Alcántara, Sáez e Freidenberg (2002) a instabilidade nos indicadores de partidarismos são indicativos de que os partidos se encontram em processo de institucionalização, de modo que raízes partidárias ainda não

estão consolidadas. E ainda, de acordo com Baquero (2010), na década passada foi constatada uma relativa quebra nos indicadores de alinhamento partidário na maioria dos sistemas políticos do ocidente, resultando em um comportamento político caracterizado por elevados índices de instabilidade partidária tanto em nível individual quanto agregado, de modo que na América Latina este fenômeno parece continuar sendo a regra.

Tendo em vista as afirmações desses autores e os resultados obtidos pela tabela 1, foi possível demonstrar que não existe uma volatilidade exacerbada da IP na região de um modo geral, para o período investigado, contrariando os argumentos de Baquero (2010). Desse modo, se seguirmos a ideia apresentada por Mainwaring (2001), Alcántara, Sáez e Freidenberg (2002) a institucionalização dos partidos ao menos no que se refere a um de seus indicadores a IP, tem se concretizado na região latino americana.

Para melhor visualizar essa afirmação iremos analisar o Gráfico 1, no qual pode-se verificar mais claramente que as médias da América Latina não sofreram grandes alterações no período de 2006 a 2014. Os valores por ano ficaram bem próximos à média geral que foi de 36,74% com coeficiente de variação de 0,03, ou seja, muito inferior a 0,30 e tendo uma diferença de 2,9% entre o maior e o menor valor. Além disso, o LAPOP trabalha com uma amostragem probabilística de quotas, com erro amostral médio de 2,5% para mais ou para menos. Deste modo, ao analisar o gráfico pode-se verificar que em termos populacionais as médias no decorrer dos anos poderiam ser ainda mais homogêneas, se observarmos as barras de *Whisker* alternadamente, ou seja, do valor mínimo ao máximo. Mesmo que a média oscilasse entre as barras superiores nos anos de 2006 e 2010 e inferiores em 2008 e 2014 a diferença ainda seria baixa, assim, mesmo que seja possível observar certa volatilidade ela não ocorre de maneira abrupta, o que reforça nossas incitações iniciais.

Gráfico 1 – Simpatia partidária na América Latina (2006 – 2014)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no LAPOP (2006 - 2014)

Mesmo que a maior parte das nações da América Latina não apresentem grandes diferenças entre as médias. Países como Costa Rica mostram valores extremamente discrepantes, tendo um coeficiente de variação de 0,40 e diferença de 41,2% entre o maior e o menor valor. Entretanto, a diferença entre as médias ou o CV, não nos permite saber o comportamento dessas médias no decorrer nos anos, sendo assim, só sabemos se há ou não discrepâncias. Porém, sem saber se elas são positivas ou negativas para os partidos, em termos de ganhos ou perdas no número de eleitores partidários.

Desta forma, com a finalidade de investigar o comportamento deste indicador foi utilizado o método de contrastes polinomiais que permitiu a classificação do comportamento da IP entre tendência linear ou não linear<sup>9</sup> (voláteis), bem como a verificação dos ganhos e perdas desta ao fim do período, com auxílio da regressão logística binária.

A Tabela 2<sup>10</sup> apresenta os resultados dos modelos por meio dos quais buscamos estimar os efeitos do passar dos anos sobre a simpatia partidária, entre os eleitores de dezesseis países latino-americanos, e para a região, tomada em conjunto. Além disso, os

<sup>9</sup> Consideramos como não linear as taxas que assumem um comportamento de decrescimos, seguido de acrescimos, ou o contrário, ano após ano.

<sup>10</sup> Os gráficos referentes a esses resultados podem ser vistos nos anexos do trabalho.

contrastes polinomiais nos permitiram realizar inferências sobre as tendências de comportamento da simpatia partidária<sup>11</sup>. Destacamos inicialmente que os exponenciais apontam três distintas situações: a primeira corresponde a países nos quais o saldo da evolução da simpatia partidária é positivo no período, ou seja, a IP ganhou mais eleitores entre 2006 e 2014; a segunda diz respeito aos países em que o saldo do período foi negativo; por fim, há países onde as variações do indicador analisado apresentam saldo estatisticamente inconclusivo, uma vez que o  $\text{Exp}(B)$  não foi estatisticamente significativo.

Em se tratando das funções polinomiais, temos que a linear trata da tendência de variação ordenada (crescente ou decrescente) da simpatia partidária, o que nos permite inferir sobre o aumento do alinhamento, do desalinhamento ou verificar a estabilidade do indicador. O caso não linear, por sua vez, implica em comportamentos marcados pela alteração da variação (crescente para decrescente ou vice-versa) e também para a volatilidade da medida (FURRIEL & GIMENES, 2015). É preciso ressaltar que em alguns casos a simpatia segue mais de uma tendência, dessa forma, iremos considerar apenas a que apresenta o maior valor, tendo em vista que ela é a predominante quando comparada as demais.

---

<sup>11</sup>Testes estatísticos adicionais foram realizados para verificar a homogeneidade das variâncias. Contudo os resultados não foram incluídos, já que todos foram estatisticamente significantes e também, por conta da extensão do mesmo. Tais testes podem ser solicitados ao autor, por e-mail.

Tabela 2 - Variação da simpatia partidária na América Latina (2006-2014)

País	Exp(B)%   Saldo		Comportamento	
México	-16,1	*	Linear	*
Honduras	-6,8	*	Linear	*
Panamá	22,7	*	Linear	*
Peru	-13,6	*	Linear	*
Jamaica	-11,3	*	Linear	*
América Latina	0,999		Linear	*
Guatemala	-7,4	*	Não linear	*
El Salvador	7,8	*	Não linear	*
Nicarágua	3,1	*	Não linear	*
Costa Rica	27,7	*	Não linear	*
Colômbia	-2,1		Não linear	*
Uruguai	6,8	*	Não linear	*
Brasil	-7,7	*	Não linear	*
Rep. Dominicana	-7,6	*	Não linear	*
Haiti	-3,2	*	Não linear	*
Guiana	5,5	*	Não linear	*
América Latina	0,999		Linear	*

Fonte: Elaborado pelo autor com base no LAPOP (2006 - 2014).  
p-valor < 0,05\*

Conforme evidenciado na tabela acima, apenas cinco países apresentam tendências lineares de variação da simpatia partidária: Panamá, México, Honduras, Peru e Jamaica. O primeiro se destaca pelo exponencial positivo de variação, ao passo que nos demais países a tendência verificada é de redução da simpatia partidária ao longo do tempo. Destaque-se ainda que o México é o país no qual verificamos a maior probabilidade de redução percentual da simpatia partidária a cada ponto no tempo e também a maior diminuição da medida quando comparados 2006 e 2014, por conta da queda de 21,8% da identificação com partidos.

Dentre os países que não manifestaram linearidade da simpatia partidária, mas mesmo assim obtiveram um saldo positivo de IP, identificamos El Salvador, Nicarágua, Uruguai, Costa Rica e Guiana. Já as nações que tiveram comportamento volátil e perdas em seu indicador foram Guatemala, Haiti, Chile, Brasil e República Dominicana.

Os guatemaltecos se destacam entre os latino-americanos pelo recorrente baixo percentual de simpáticos a partidos, sendo que o máximo atingido no período analisado foi 18,3%, em 2010, seguido de reduções em 2012 e 2014. Já entre os haitianos, após quedas na simpatia partidária em 2008 e 2010, verificamos indícios da retomada da identificação com partidos nos resultados das últimas duas rodadas do LAPOP. El Salvador foi o único país no qual a simpatia partidária sofreu elevação, queda e retomada positiva entre 2006 e 2014, o que conferiu saldo positivo à simpatia partidária no período.

Situação inversa foi verificada na Nicarágua, no Brasil e na Guiana, onde o indicador de identificação partidária sofreu redução em 2008, aumentos consecutivos em 2010 e 2012 e nova queda em 2014, resultando em saldos negativos para o período analisado. A Costa Rica se caracteriza pela maior elevação da simpatia partidária no período (31,2% maior em 2014 do que em 2006), mas também por variações consideráveis, as quais demandam estudos específicos e aprofundados, uma vez que após pequena redução em 2008 (6%), a simpatia partidária sofreu expressivos aumento e queda em 2010 e 2012 (22 e 26,1%, respectivamente) e obteve 41,2% de acréscimo na IP em 2014, fato que demonstra grande volatilidade da medida entre os eleitores partidários dessa nação. A República Dominicana tem o período marcado por elevações e quedas alternadas e em 2014 os percentuais de identificação são, além de menores do que em 2012, os mais baixos do período como um todo.

De maneira inversa, o caso uruguaio é marcado também por alternâncias entre reduções e elevações da simpatia partidária, contudo as retomadas se destacam por serem sempre mais expressivas que as quedas, o que resulta em um saldo positivo de IP no país. Por fim, a Colômbia apresenta forte volatilidade por conta das discrepâncias na variação do indicador em destaque, que, após duas elevações, sofreu forte redução em 2012, atingindo valor inferior ao registrado no início do período. Esse país, todavia, retomou em 2014 a identificação ao percentual próximo àquele de 2006.

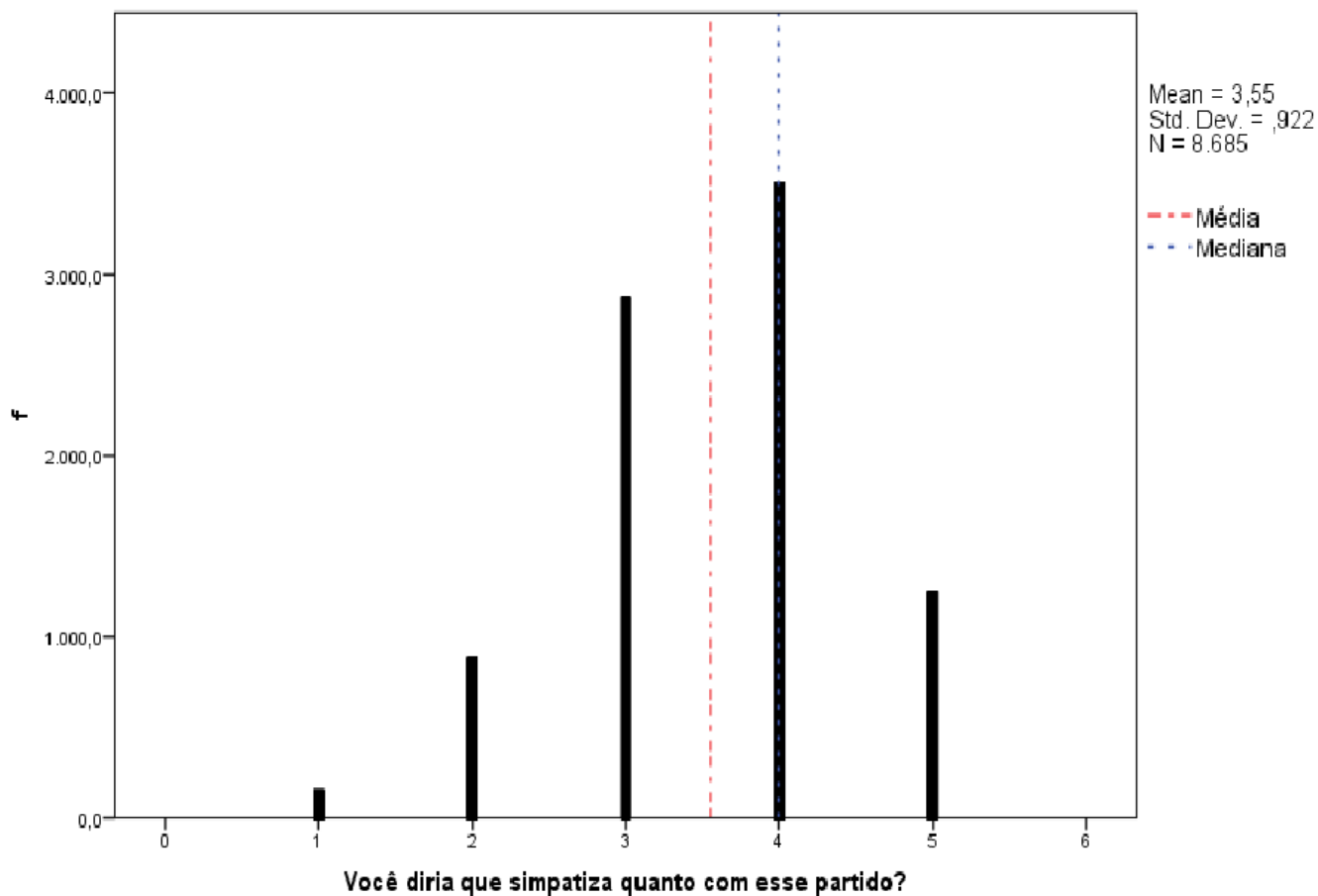
Os resultados para a América Latina representam o conjunto das considerações expostas até aqui, assim, a ausência de significância do modelo de regressão indica não



haver perdas ou ganhos no período. Tal resultado nos permite confirmar que de fato existem fortes indícios de estabilidade do indicador, quando analisado de modo geral. Ademais, os resultados para as unidades nacionais e para o conjunto dos países também nos permitem concluir que a afirmação recorrente de Baquero (1998; 2000; 2011; 2012) sobre a crise dos partidos e o desalinhamento partidário na região não se sustenta quando se trata de dados recentes de opinião pública, mais especificamente quanto ao indicador de simpatia partidária. Já que apenas para o México, Peru e Jamaica o indicador demonstra tendências de quedas abruptas com o decorrer dos anos, nos demais países temos cenários de estabilidade, crescimento ou mesmo de quedas seguidas recuperação.

Em 2008 o LAPOP incluiu em seus questionários uma questão que procurou mensurar o nível de simpatia partidária demonstrado pelo eleitor, para isso foi feita a seguinte questão, “O quanto o sr/sra simpatiza com o partido citado”, sendo esta codificada em uma escala de cinco pontos, em que 1 representa “pouca simpatia” e 5 “muita simpatia”. Mesmo que a questão não tenha aparecido em anos anteriores ou posteriores a 2008, optou-se por apresentar seus resultados aqui (Gráfico 2), já que ela demonstra um fator de grande importância, a intensidade da relação entre eleitor e partido.

Gráfico 2 – Intensidade da simpatia partidária para 2008



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP (2006 – 2014)

Ao observar o gráfico 2 verificamos que em 2008 para o conjunto da América Latina a média de intensidade da simpatia foi de 3,56 com desvio padrão de 0,92, valor acima do ponto médio que é três, indicando que a maior parte dos eleitores que simpatizam com algum partido, demonstram uma ligação moderada ou forte com este. Tomando os países separadamente constatou-se que as maiores médias de intensidade foram da Nicarágua, República Dominicana, Uruguai e Panamá, países que apresentaram proporções de eleitores partidários relativamente altas quando comparadas aos demais para o período.

#### 4.2. O PERFIL DO ELEITOR PARTIDÁRIO LATINO-AMERICANO

Essa seção visou expressar o perfil dos eleitores que simpatizam ou se

identificam com os partidos independentemente da legenda para a América latina. Para a construção do perfil foram utilizadas variáveis socioeconômicas como (1) renda, (2) idade e (3) sexo, mas também variáveis de caráter cognitivo e atitudinal que vem sendo utilizadas em pesquisas recentes sobre o comportamento do eleitor partidário (DALTON, 2013; RIBEIRO & BORBA, 2011; FURRIEL, BORBA, GIMENES E RIBEIRO, 2014), tais como: (4) escolaridade, (5) interesse por política; (6) capacidade de posicionamento ideológico; (7) obtenção de informação (8) comparecimento eleitoral; (9) apoio ao sistema político vigente; (10) importância da democracia.

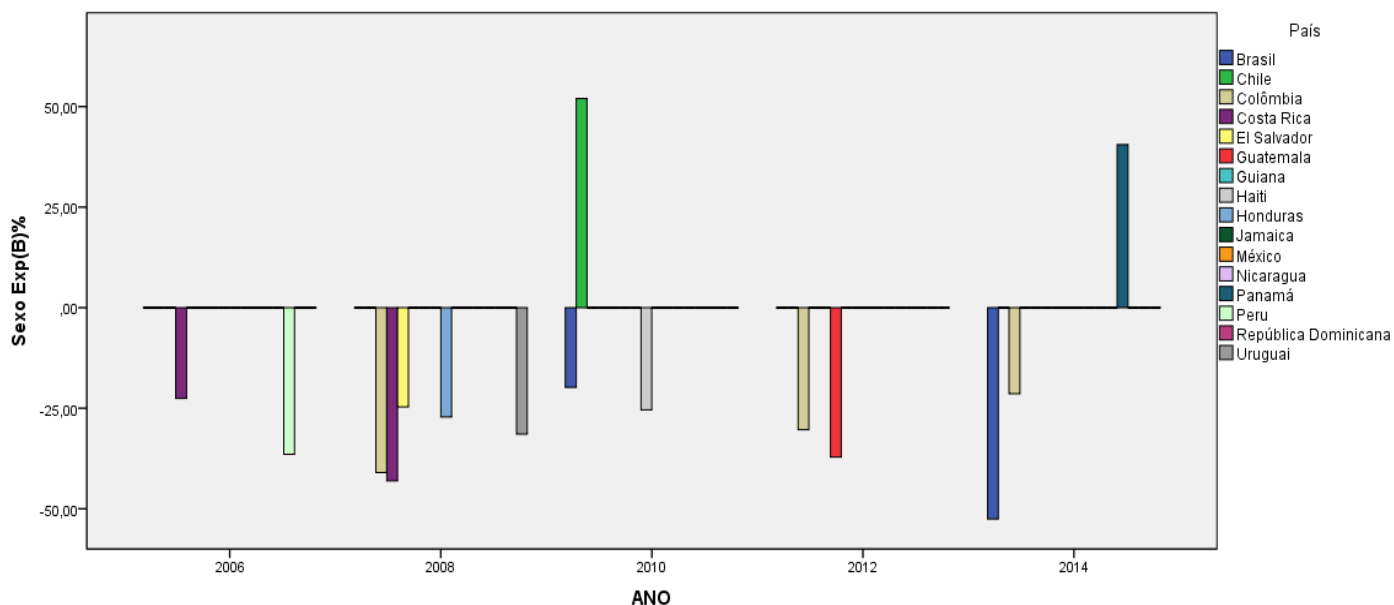
Partindo dessas variáveis foi possível criar um modelo de Regressão que permitiu a realização de conclusões mais concretas acerca dos eleitores que expressam IP para os anos de 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014. Devido à quantidade de países analisados e as conseqüentes dificuldades de visualização dos retornos, foram elaborados gráficos com o valor dos resultados das regressões logísticas binárias já padronizadas<sup>12</sup>. É preciso ressaltar que esse método foi adotado com o intuito de apresentar de forma direta o comportamento geral dos resultados para o conjunto de países. Assim, para a consulta dos dados relativos a cada país, é recomendado a análise das tabelas 3, 4, 5, 6 e 7 em anexo.

Como é possível observar no Gráfico 3, a variável sexo se destaca sendo explanatória da identificação partidária apenas para alguns países no período e, com exceção do Panamá em 2014, todos os resultados verificados foram negativos. Como a variável sexo foi codificada em “zero” para homem e “um” para mulher pode-se interpretar que, de modo estatisticamente significativo, o fato de ser mulher diminui as chances do eleitor simpatizar com alguma das legendas partidárias para os países onde a barra se mostra abaixo do eixo cortado pelo zero e, quando ela parece acima deste, as chances de um homem se identificar são mais elevadas quando comparado a uma mulher.

---

<sup>12</sup> A padronização dos valores é obtida a partir do seguinte cálculo  $(\exp - 1) * 100$  que nos permite realizar afirmações em termos de porcentagem em vez de razão de chance.

Gráfico 3 – Resultados da Regressão Logística para a variável de saída sexo para os anos de 2006 - 2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP (2006 – 2014)

É preciso compreender antes de qualquer conclusão que o sexo não apresentou a mesma tendência para todos os anos. No caso da Costa Rica, por exemplo, ela se mostrou negativa apenas para 2006 e 2008, enquanto que para a Colômbia tivemos efeitos negativos em três pontos (2008, 2012 e 2014), o maior espaço temporal verificado. Além disso, não ocorreu para os demais países qualquer tendência sequencial, fato que nos impede de realizar qualquer afirmação não pontual sobre a relação entre o sexo e simpatia partidária. Entretanto, no que se refere à América Latina em seu conjunto, as mulheres se mostraram menos propensas a simpatizar com os partidos quando comparadas aos homens em 2006, 2008, 2010 e 2012.

Sobre esse tema Ronald Inglehart e Pippa Norris (2003) ressaltaram a persistência da sub-representação feminina em países com baixos níveis de desenvolvimento econômico. Segundo os autores, em sociedades com níveis de desenvolvimento mais elevados, como Finlândia e Suécia, existe uma maior igualdade de gênero dentro da política. Além disso, alguns autores apontam para existência de uma desigualdade política entre homens e mulheres, tanto no que diz respeito à representação, quanto ao engajamento direto dos cidadãos em distintas modalidades de participação política (HEIDAR, 2006; NORRIS, 2011; RIBEIRO, 2011; WHITELEY, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012). No entanto, vale lembrar que a IP

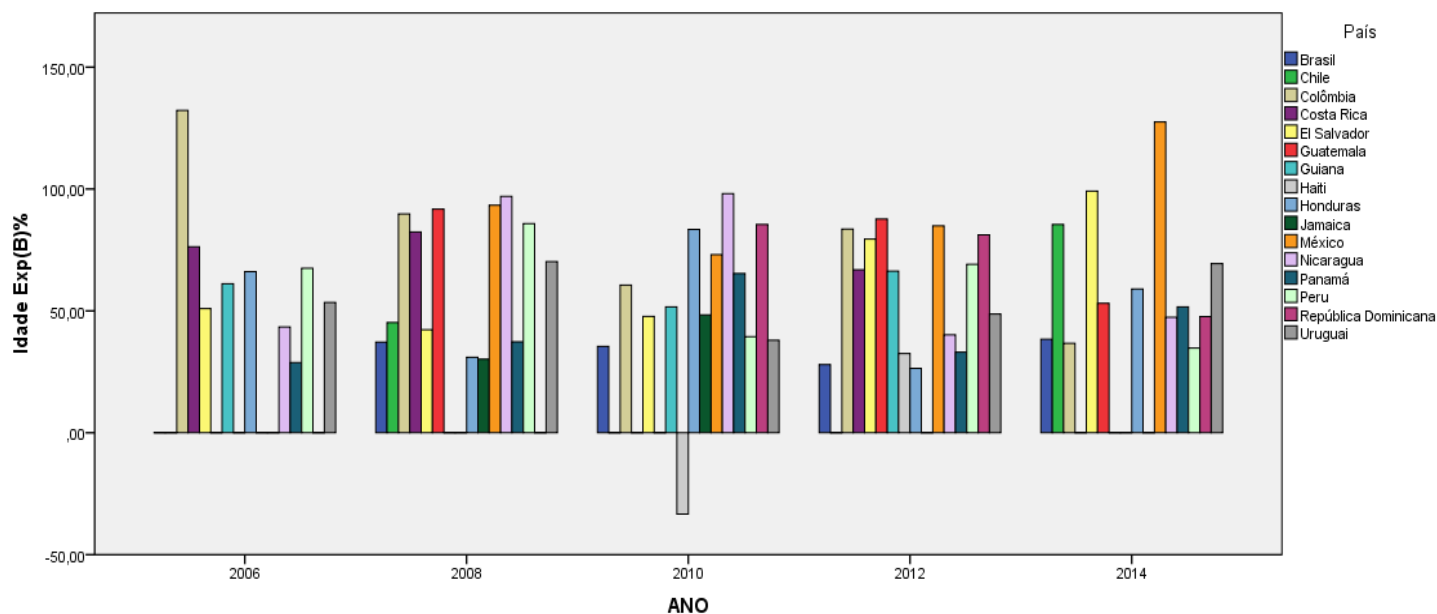
não é uma medida de participação nos partidos e sim, de afinidade com estes. Fator que pode explicar a existência de poucas observações em que a mulher aparece menos predisposta a simpatizar com um partido quando comparada a um homem.

A classificação da idade em faixas etárias levou em consideração as categorizações mais recorrentes na literatura sobre efeitos geracionais e características socioeconômicas sobre a IP (KINDER, 2006; OKADO, 2013; GIMENES, RIBEIRO & BORBA, 2014; FURRIEL, BORBA; GIMENES & RIBEIRO, 2015), dessa maneira os eleitores latino-americanos foram divididos em três faixas etárias, sendo a primeira de 16 a 29 anos, a segunda de 30 a 59 e a terceira de 60 ou mais.

Com relação à idade, observa-se (Gráfico 4) que a variável apresentou uma relação negativa apenas para o Haiti em 2010 sendo que no ano seguinte (2012) ela aparece de forma positiva. No restante dos casos, em que se obteve p-valores menores que 0,05 a relação foi positiva, o que implica que elevações na idade aumentam a probabilidade do eleitor expressar a simpatia partidária. No entanto, o comportamento dessa relação no decorrer dos anos se deu de formas distintas entre os países. Tomando a Colômbia como exemplo, no começo do período em 2006 o aumento na idade estava fortemente associado à IP, porém o indicador perde força com o decorrer do tempo, tendo uma leve recuperação em 2012, seguida de um novo decréscimo em 2014. Já o México e El Salvador apresentaram relações cada vez mais fortes, mostrando uma tendência de que cada vez mais os mais velhos simpatizarem em maior escala com os partidos. Em países como Brasil a variável permaneceu sem grandes alterações no decorrer do período, mantendo certa estabilidade.

Os resultados para a América Latina de modo geral indicam que a idade é uma medida relevante para a compreensão da identificação partidária, dessa forma, a simpatia por alguma legenda é influenciada pela elevação nas faixas etárias, uma vez que os cidadãos localizados na categoria de 30 à 59 anos, tendem a expressar mais IP quando comparados aos eleitores mais jovens de 16 à 29 e, no que se refere ao eleitorado de 50 anos ou mais, tais chances são maiores ainda. Tal relação já foi comprovada por Gimenes, Ribeiro & Borba (2014) que mesmo se utilizado de faixas diferentes para classificar a idade, chegaram a resultados próximos ao do modelo apresentado neste trabalho, para a América Latina.

Gráfico 4 - Resultados da Regressão Logística para a variável de saída Idade para os anos de 2006 - 2014



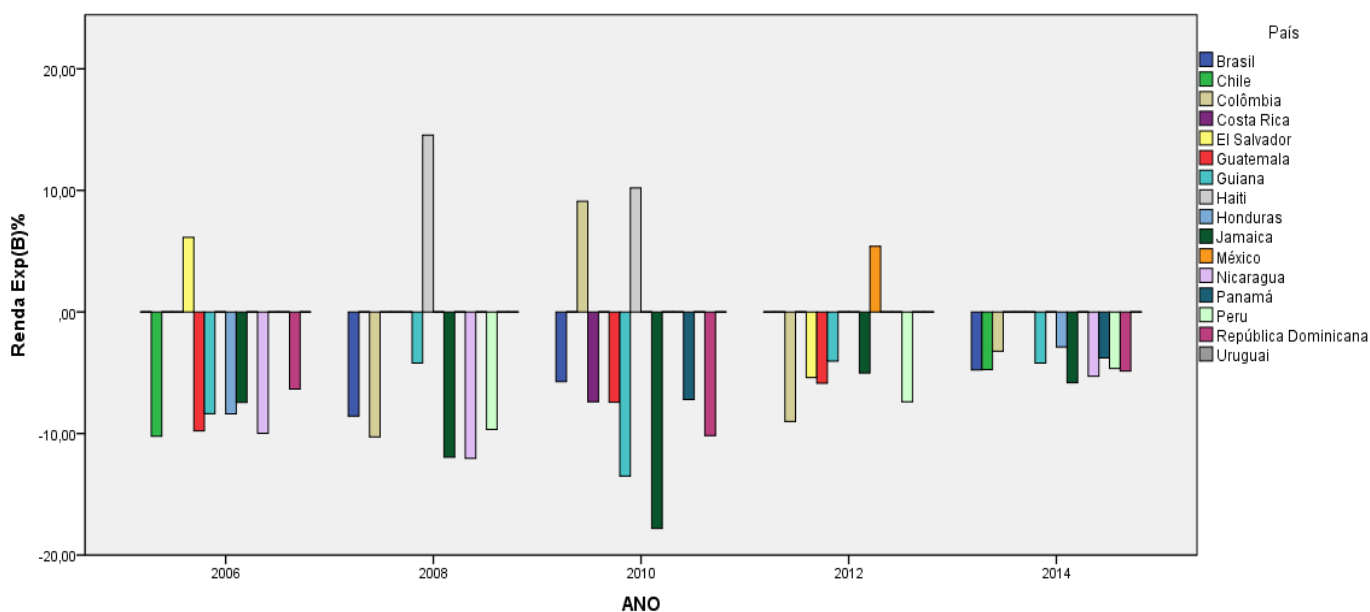
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP (2006 – 2014)

Dalton (2013) expõe que cidadãos que já tiveram a oportunidade de terminar seus estudos, constituírem uma família e ingressar no mercado de trabalho detém mais predisposições para a participação e envolvimento em atividades e instituições políticas tradicionais, como os partidos. Tendo em vista que as afirmações de Dalton se referem à participação ou engajamento, deve-se tomar relativo cuidado para a realização dessas conclusões com a medida de IP que é de caráter valorativo, ou seja, simpatizar não implica necessariamente em agir pelo partido. Todavia, consideramos que a simpatia por um partido é uma condição necessária para a participação no mesmo, fato que cria um ligação entre participar e simpatizar e também nos permite supor que as ideias de Dalton podem se aplicar também a simpatia.

A Renda obteve retornos negativos para a maior parte dos países no período, com exceção ao Haiti em 2008 e 2012 e para o México em 2012. El Salvador e a Colômbia retornaram relações positivas em 2006 e 2010, respectivamente; no entanto, aparece negativa em 2012 para o primeiro e em 2008 e 2014 para o segundo. No que diz respeito aos demais países, apenas Jamaica e Guiana apresentam uma relação negativa constante para todo período. Guatemala, República Dominicana e o Brasil, tiveram tal comportamento apenas em três anos do período, fato que sugere certa continuidade. As demais unidades nacionais que mostraram associações negativas o fizeram apenas em

dois anos ou menos, não permitindo afirmar qualquer tendência.

Gráfico 5 - Resultados da Regressão Logística para a variável de saída Renda para os anos de 2006 - 2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP (2006 – 2014)

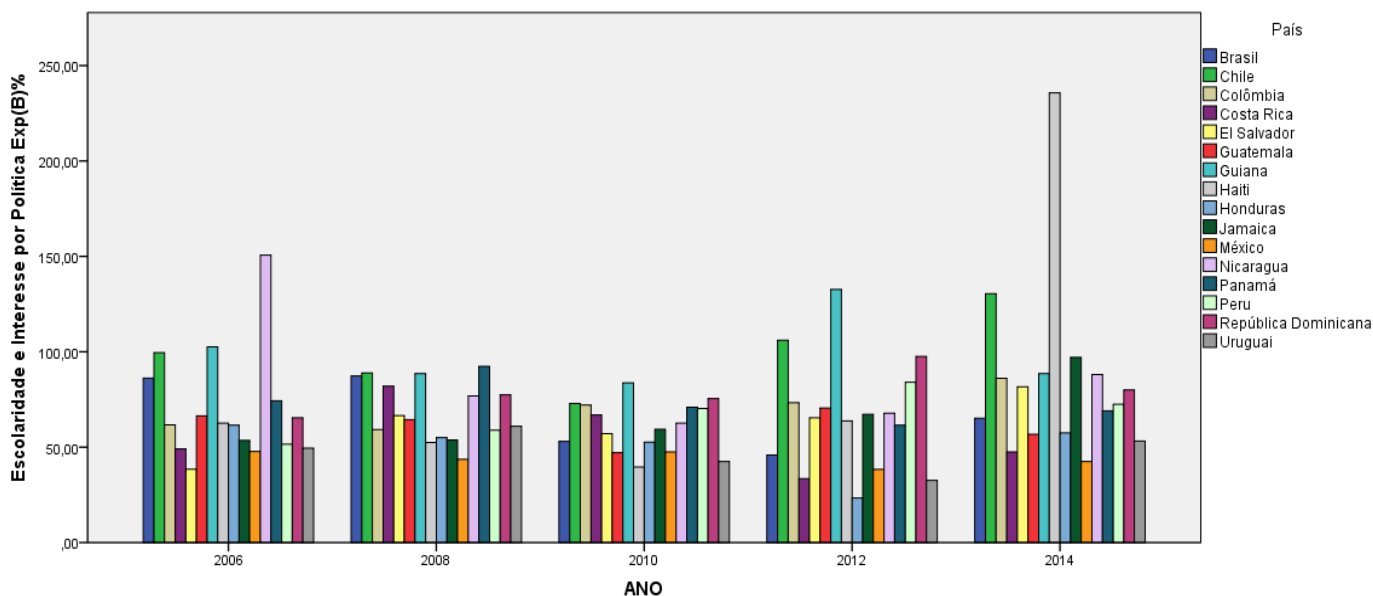
Para todos os anos analisados a renda se mostrou negativamente associada com o partidatismo para a maior parte dos países, sendo essa associação pontual para alguns casos e continua para outros. Ainda que a renda apresente uma relação predominantemente negativa com a IP para a maioria dos países, para a América Latina tomada em seu conjunto tal fato ocorre apenas em 2010 e 2014. Em 2008 obteve-se um valor positivo e para os demais anos não foram constatados retornos estatisticamente significantes. Dessa maneira, temos que o eleitor partidário latino-americano no início do período, quando comparado ao eleitor não partidário, não apresenta distinções no que se refere à renda, todavia em 2008 ele aparece com a renda mais elevada e em sequência inverte os papéis e passa a deter menos. Na literatura política a renda tem sido bastante utilizada em trabalhos que buscam verificar condicionantes da decisão do voto (SINGER, 2009, 2010; VEIGA, 2007) e pouco tem se discutido acerca da influência desta variável no partidatismo. Aliás, no que se refere aos trabalhos de comportamento político acerca dos partidos, à renda se revela uma variável inconclusiva.

A discussão sobre seu uso se divide entre pesquisadores que defendem que indivíduos com mais recursos financeiros participam mais de instituições como as

partidárias (VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012; WITHELEY, 2011) e os que apontam para o fato de que o aumento dos recursos financeiros pode gerar um fator de desmobilização e distanciamento dos eleitores quanto aos partidos (BAQUERO, 2000).

O indicador apresentado no Gráfico 6 é um termo interativo criado a partir da soma da escolaridade e do interesse por política do eleitor e foi baseado no proposto pelo autor norte americano Russell Dalton em seu livro *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics* (2013). Neste livro o referido autor levanta a hipótese de que os Estados Unidos e as demais democracias consolidadas estariam passando por uma transformação de seu eleitorado, capitaneado pelo que chama de “mobilização cognitiva”. A variável escolaridade é a mais relevante do modelo, não somente pelos seus efeitos cognitivos, mas também pelas oportunidades de vida, de sucesso e da possibilidade da criação de redes sociais mais extensas, uma vez que o cidadão mais instruído detém mais recursos e habilidades para se dedicar a política, todavia, essa dedicação só ocorreria se o indivíduo apresentasse interesse por política.

Gráfico 6– Resultados da Regressão Logística para a variável de saída Escolaridade e Interesse por política para os anos de 2006 - 2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP (2006 – 2014)

Tendo em vista tal discussão, verifica-se no gráfico acima que a variável de mobilização cognitiva apresentou relações positivas e fortes para todos os países em



todos os anos investigados, não apresentando tendências concretas de acréscimo ou decréscimo no decorrer dos anos, o que nos indica certa estabilidade em seu comportamento. Ainda que os modelos apresentados não tenham sido realizados sistematicamente a partir da tipologia das quatro categorias de Dalton (2013), é possível inferir que o eleitor partidário latino-americano, de maneira geral, é mais mobilizado cognitivamente, quando comparado ao eleitor não partidário.

Tendo em vista a categoria de partidário cognitivo definida pelo autor, tais resultados possibilitam algumas reflexões com a teoria até então exposta. Primeiramente, é possível afirmar que na América latina, ao menos no que se refere ao período analisado, a mobilização cognitiva ainda não tem causado de maneira efetiva o efeito de *dealignment* partidário, no qual os eleitores mais sofisticados cognitivamente renunciam a sua ligação com os partidos e passam a agir como independentes. Tendo em vista as quatro categorias de eleitor elaboradas por Dalton (2013), é possível supor que nos países dessa região a proporção de eleitores partidários cognitivos é maior que a de eleitores não partidários sofisticados cognitivamente, e é esse fato, que puxa os níveis de cognição dos indivíduos que expressam IP para cima quando comparados.

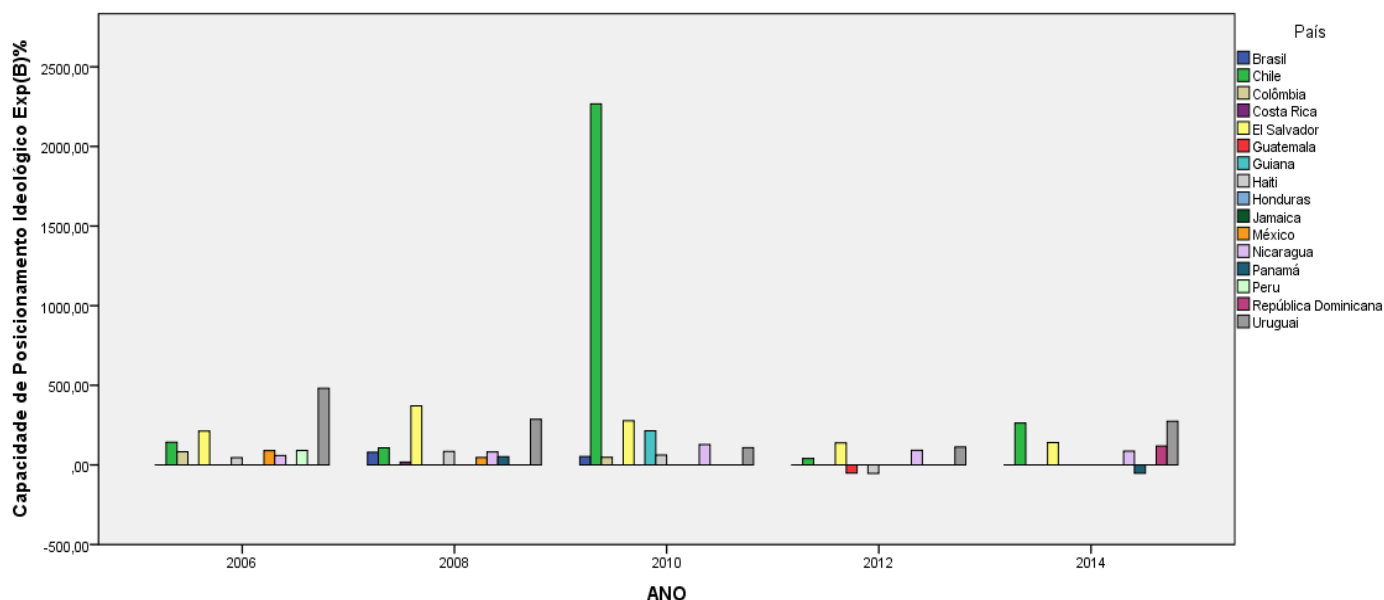
Ainda que a variável escolaridade e de interesse por política sejam consideradas os principais recursos para o engajamento cognitivo, existem outros requisitos, como o conhecimento sobre política e o acesso à informação, que contribuem para a formação de um eleitor mais racional e, conseqüentemente, são interessantes para o desenvolvimento democrático.

Dalton (2013), por exemplo, identificou que os norte-americanos têm decidido seu voto cada vez mais próximo ao pleito, de modo que discussões sobre política, a busca por informações e a capacidade de autoavaliação sobre o conhecimento político têm se tornado cada vez mais características associadas ao refinamento cognitivo do eleitorado. Dessa forma, decidimos utilizar outros indicadores, além da junção entre interesse por política e escolaridade, criando um modelo mais abrangente e trazendo novas discussões quanto à mobilização cognitiva. Em alguns trabalhos realizados recentemente, esses indicadores complementares vêm sendo utilizados não só para estudar a simpatia partidária, mas também a filiação em partidos, na tentativa de sistematizar melhor as características do eleitorado partidário (FURRIEL, BORBA; GIMENES & RIBEIRO, 2015; GIMENES, FURRIEL & MACRI, 2012).

Assim, o Gráfico 7 mostra os resultados da variável capacidade de

posicionamento ideológico e sua relação com a IP. Tal indicador foi construído a partir da questão de posicionamento ideológico e procurou identificar se o respondente detinha ou não capacidade de se localizar dentro do espectro ideológico de 1 à 10, sendo 1 para uma posição mais à esquerda e 10 para uma posição mais à direita. Deste modo, o indivíduo que se localizou em tal escala foi considerado como capaz de se localizar dentro do espectro ideológico e o que não soube se posicionar considerado incapaz. Indivíduos que não responderam foram excluídos deste indicador. Observando os resultados temos que a maior parte dos países que retornaram p-valor < 0,05 tiveram relações positivas com a variável empregada. Apenas Guatemala e Haiti para 2012 e Panamá para 2014 demonstraram associações probabilísticas negativas, sendo que o segundo apresentou valores positivos para os anos que antecederam a queda e o mesmo ocorreu com Panamá em 2008. El Salvador, Uruguai e Nicarágua apresentaram relações positivas para todos os anos, com destaque para o segundo, que teve os maiores valores entre os países investigados. Os resultados exposto por este gráfico coadunam com os do gráfico 6 e reforçam a teoria de que entre os partidários a proporção de eleitores mais sofisticados cognitivamente é maior quando comparados aos que não expressam IP.

Gráfico 7– Resultados da Regressão Logística para a variável de saída Capacidade de posicionamento ideológico para os anos de 2006 - 2014

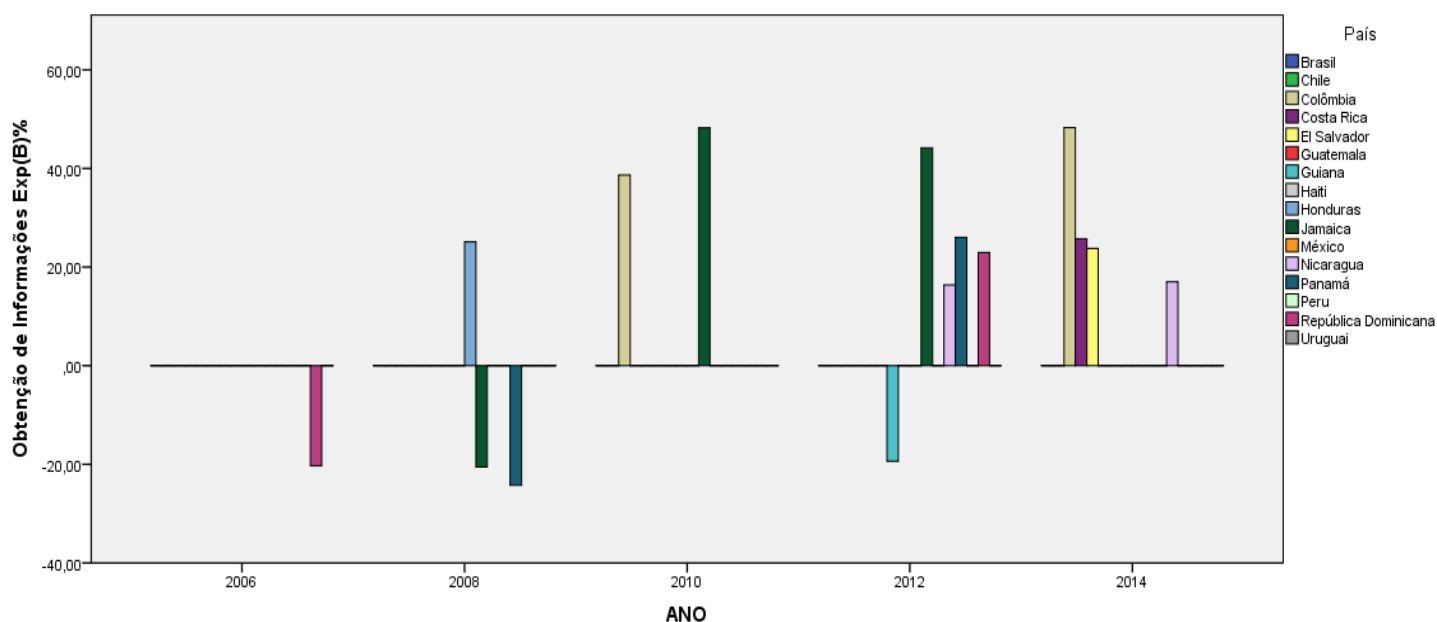


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP (2006 – 2014)

A variável de obtenção de informações incluída no modelo verifica a frequência

de busca por informações gerais, realizada pelos entrevistados em meios de comunicação como televisão, rádio, jornais impressos e internet. Ainda que seja uma medida pouco recorrente, utilizamos esse indicador enquanto *proxy* de sofisticação política, apoiados no argumento de Dalton e Wattenberg (2003) e de Fonseca (2013) de que a referida variável demonstra o interesse dos indivíduos por assuntos em geral, incluídos aqueles relacionados à vida pública, de modo a contribuir, em alguma medida, com o desenvolvimento da capacidade do eleitor de avaliar o jogo político. Segundo Dalton (2013) o partidarismo é uma forma de mobilização a qual se relacionam, dentre outros fatores, maior relacionamento com assuntos políticos por conta da intensidade ou frequência de acesso às informações. Nesse sentido, a expectativa era de encontrar efeitos positivos dessa medida sobre a variável dependente, o que só se verificou em para alguns países em que as probabilidades se mostraram positivas (Gráfico 8). Ocorreram também retornos negativos, todavia, eles foram apenas pontuais, para o Haiti e a Guatemala em 2012 e para o Panamá em 2014, fato que nos impede de fazer qualquer afirmação concreta sobre o efeito.

Gráfico 8– Resultados da Regressão Logística para a variável de saída Obtenção de informações para os anos de 2006 - 2014



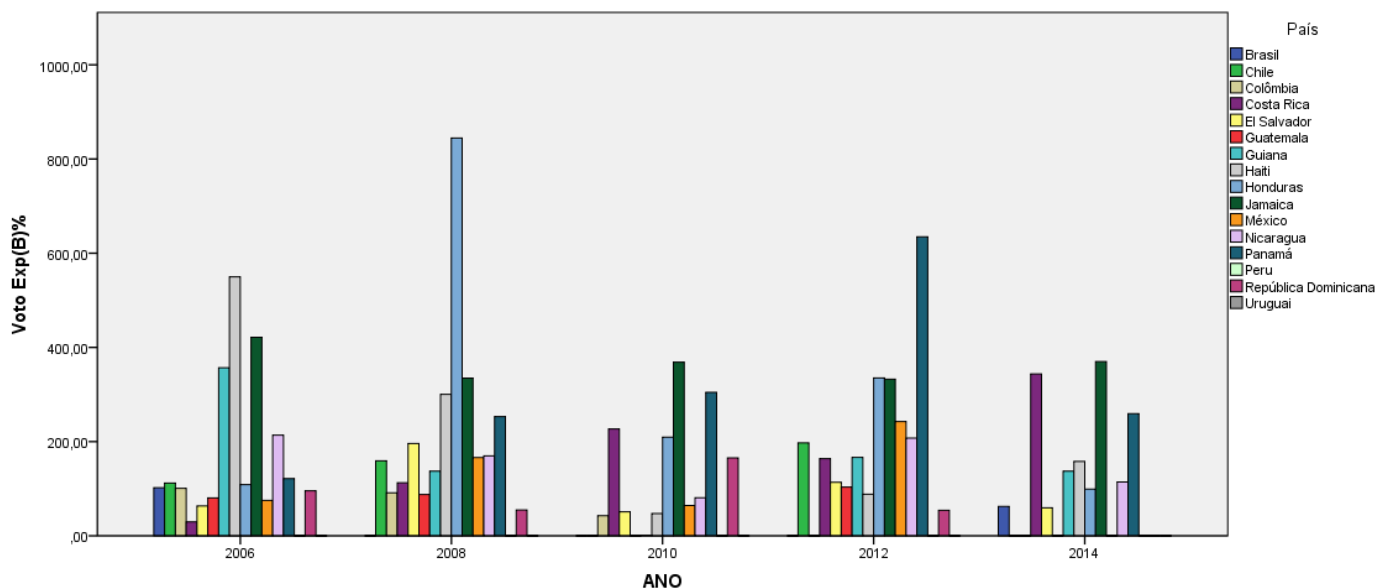
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP (2006 – 2014)

No que tange o voto, Carreirão e Kinzo (2004) apontam para a existência de uma avaliação predominante entre os estudos que apontam para a diminuição da relevância

dos partidos na decisão do eleitor. Entretanto, Braga e Pimentel Jr. (2011), se colocam contra essa ideia. Segundo estes autores, mesmo que os partidos não estejam internalizados em termos de IP, eles ainda são um indicador importante para a compreensão do comportamento eleitoral e da decisão do voto. Dalton (2013) argumenta acerca da falsa associação entre enfraquecimento dos partidos e a queda no comparecimento eleitoral. Segundo esse autor, eleitores não partidários (mas politicamente sofisticados) se aproximariam mais do cidadão racional, de modo que, mesmo não tendo um partido de preferência, votariam realizando um julgamento sobre os candidatos para a escolha do mais qualificado. Sendo assim, a queda nas taxas de IP não conduziria automaticamente à diminuição do comparecimento eleitoral ou da importância atribuída ao voto pelos eleitores, ao menos no que se refere àqueles de perfil apartidário. Como estamos trabalhando aqui apenas com a dicotomia partidário e não partidário, será realizada apenas uma análise verificando onde se concentram mais os eleitores tidos como mais racionais e cognitivamente mais sofisticados, localizados no interior dessas duas categorias, com o intuito de evidenciar se entre o público latino-americano se sustenta a hipótese da relação positiva entre partidarismo e disposição ao voto.

Partindo da análise do gráfico abaixo (Gráfico 9) verificamos que para praticamente todos os países e em todos os anos, o comparecimento eleitoral afetou positivamente a probabilidade de o eleitor expressar IP, ou seja, eleitores que compareceram as urnas nas eleições tem mais probabilidade de se identificar com algum partido. Dessa forma tendo em vista as colocações de Dalton (2013) e de Braga e Pimentel Jr. (2011), temos que para a América Latina o comparecimento eleitoral é uma característica que se encontra em maiores proporções no eleitor que expressa IP, de modo que os partidos ainda compõem um indicador importante para a compreensão da decisão do voto.

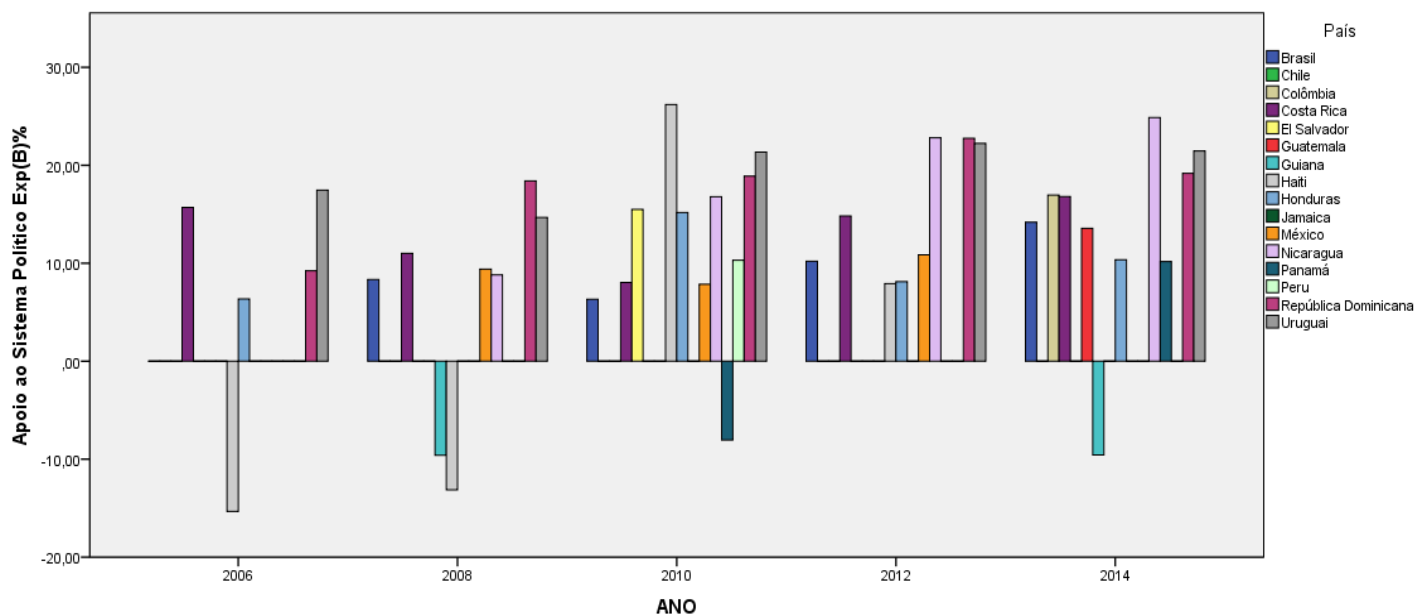
Gráfico 9 – Resultados da Regressão Logística para a variável de saída  
Comparecimento eleitoral para os anos de 2006 - 2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP (2006 – 2014)

Quanto ao apoio ao sistema político vigente, adotamos este *proxy* enquanto uma medida para a verificação da adesão dos eleitores a democracia, dessa forma, entendemos que quanto maior o apoio do indivíduo ao sistema político vigente, analogamente maior seu apoio a democracia (Gráfico 10). Observando o gráfico é possível verificar que a maior parte dos resultados foi positivo, entretanto, apenas alguns países apresentaram tal associação do modo contínuo, sendo eles: Uruguai, República Dominicana, Costa Rica, Honduras e Nicarágua. No que tange às associações negativas apenas alguns países a apresentaram, porém, de forma pontual, o que nos impede de inferir a existência de uma tendência, além disso, o Haiti apresentou um comportamento particular em que nos primeiros anos aparece com relações negativas, ou seja, quanto maior o apoio ao sistema político vigente, menor às chances do eleitor simpatizar com algum partido. Entretanto, a partir de 2010 essa relação passa a ocorrer de modo positivo, o que implica que elevações no apoio a democracia estão acompanhadas de elevações nas chances do indivíduo expressar IP. Tendo em vista a dificuldade de medir a adesão a democracia por parte do eleitor, utilizamos também, uma variável de atribuição de importância a democracia exposta no gráfico a seguir.

Gráfico 10 - Resultados da Regressão Logística para a variável de saída Apoio ao sistema político vigente para os anos de 2006 - 2014



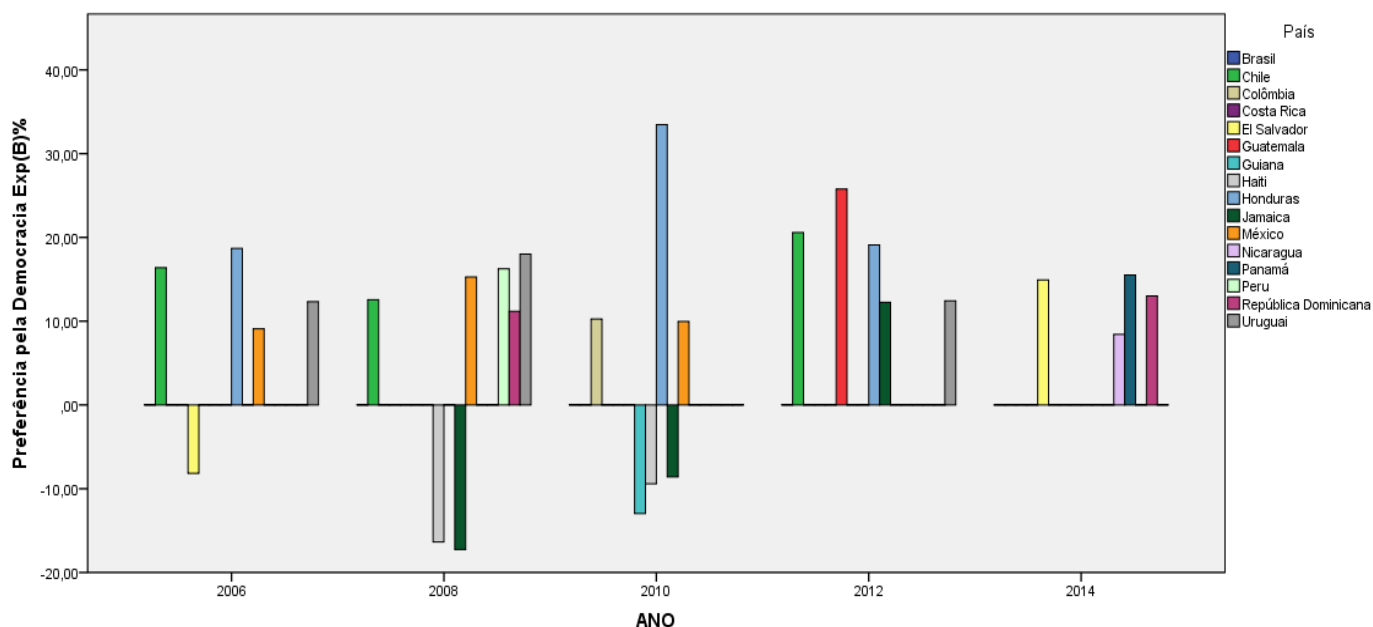
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP (2006 – 2014)

No Gráfico 11 estão expostos os resultados dos eleitores que expressam Identificação Partidária e atribuem importância ou não a democracia. A partir dos dados expostos, verifica-se que a associação entre importância da democracia e IP só aparece para alguns países e na maior parte destes apenas de modo pontual, além disso, observa-se que para algumas nações como Haiti e Jamaica os valores retornaram negativos. Entretanto, nesses casos isso só ocorreu de forma pontual seguindo uma frequência de no máximo dois anos. No que diz respeito às associações positivas, ou seja, casos em que a importância atribuída à democracia tem efeito positivo sobre a IP, Honduras, Uruguai e México, apresentaram relações positivas estatisticamente significativas para três anos, o que nos permite inferir certa continuidade no efeito. Desse modo, para estes três países o fato de o indivíduo atribuir importância a democracia aumenta suas chances de ser um eleitor que simpatiza com algum partido, as demais unidades nacionais não retornaram valores-p que possibilitaram a rejeição da hipótese nula.

Os indicadores expostos nos gráficos 10 e 11 buscaram verificar a existência e a intensidade da relação entre partidário e sentimentos positivos e negativos quanto à democracia. A escolha destes cruzamentos se deu tendo em vista as críticas realizadas por alguns autores quanto à importância dos partidos para o eleitorado e o consequente perigo da queda do indicador de IP para as democracias da América Latina

(BAQUERO, 2000). Posto isto, buscamos nessa investigação demonstrar que os sentimentos positivos a democracia tem relações predominantemente positivas com o eleitor que detém simpatia partidária, ou seja, para a grande maioria das unidades nacionais e para a América Latina de modo geral, apoiar a democracia ou atribuir importância a ela, aumenta as chances do eleitor ser simpático aos partidos. Esse achado nos permite acentuar a posição assumida por esse trabalho de que os partidos representam um dos pilares do sistema democrático, e também, uma de suas organizações mais importantes, uma vez que, os eleitores partidários a reconhecem sua importância.

Gráfico 11 - - Resultados da Regressão Logística para a variável de saída Importância atribuída à democracia para os anos de 2006 - 2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP (2006 – 2014)

Diante da grande quantidade de resultados que foi exposta acima, se fez necessário um resumo, a fim de concentrar as informações e facilitar sua visualização de um modo geral. Dessa forma, pôs-se o desafio de organizar de modo prático e objetivo os retornos dessa parte da pesquisa ao leitor. Para tal, foi utilizada uma tabela de classificação que consistiu na criação de alguns parâmetros pelos quais foram enquadrados os valores retornados pelas regressões logísticas binárias. Para realizar tais classificações foram criados dois pontos de corte o primeiro no percentil de 33,33% e o segundo no de 66,66%, tal processo permitiu a criação de três faixas em que temos os

valores localizados no espaço de 0 a 33,33%, os localizados no espaço de 33,33% a 66,66% e por fim de 66,66% até 100%.

Partindo disso, estabelecemos as seguintes denominações para os valores Alto, Médio e Baixo, considerando tanto sua associação positiva, quanto a negativa e Pontual ou Contínuo, sendo o primeiro para países que apresentaram resultados para dois anos ou menos e o segundo para os que retornaram valores para três anos ou mais. Os resultados dessa classificação podem ser observados na tabela abaixo.



Tabela 3 - Tabela de classificação para os resultados das regressões logísticas

	Sexo	Idade	Renda	Escolaridade e interesse	Capacidade de posicionamento ideológico	Voto	Apoio ao sistema político vigente	Obtenção de informação	Importância da democracia
México		A C	A P	B C	M P	A C	M C		M C
Guatemala	A - P	A C	A - C	M C	M - P	B C	M P		A P
El Salvador	M - P	M C	M + - P	M C	A C	B C	M P	M P	M + - P
Honduras	M - P	M C	M P	B C		A C	M C	M P	A C
Nicarágua		M C	A - C	A C	M C	M C	A C	M P	M P
Costa Rica	A - P	A C	M P	M C	B P	M C	M C	A P	
Panamá	A P	B C	M P	A C	B + - P	A C	B + - P	B + - P	A P
Colômbia	M - C	A C	B - C	M C	M P	B C	A P	A P	M P
Peru	M - P	M C	M - C	M C	M P		M P		A P
Uruguai	A - P	M C		B C	A C		A C		A C
Brasil	A - P	B C	M - C	M C	M P	B P	M C		
República Dominicana		A C	M - C	A C	A P	M C	A C	B + - P	M P
Haiti	M - P	B + - P	A P	M C	B + - C	A C	B C		B P
Guiana		M C	M - C	A C	A P	M C	B P	B - P	B - P
Chile		M P		A C	A P				M P
Jamaica		B P	A - C	M C		A C		M C	B - C
América Latina	M - C	M C	M - C	M C	M C	M C	M C	M C	M C
1º corte - 33,33%	-31,79	46,51	-7,44	55, 14	5 ,34	95,34	9,23	14,98	5,34
2º corte - 66,66%	-2,34	69,21	-4,34	7 ,52	1 9,58	199,82	15,7	25,53	13, 20

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados dos testes de regressão gerados a partir do LAPOP 2006 – 2014

\*Alto = A -- 66,66 a 100%

\*Médio = M -- 33,33% a 66,66%

\*Baixo = B -- 0 a 33,33%

\*Contínuo = C -- Consideramos contínuos valores os valores que apareceram em 3 anos ou mais.

\*Pontual = P -- Consideramos contínuos valores os valores que apareceram em 2 anos ou mais.

\*+ = Associação positiva

\*- = Associação negativa

O resumo dos dados, apesar de impossibilitar uma visão detalhada das informações no decorrer dos anos, nos permite realizar afirmações mais gerais que dão conta de todo o período. Desse modo, é possível verificar que na América Latina o eleitor partidário, quando comparado ao não partidário, tem mais chances de ser do sexo masculino, detém faixas de idade mais elevadas, faixas de renda um pouco menores, mais escolaridade e interesse por política, maior capacidade de se posicionar no espectro ideológico, mais predisposição ao voto, demonstra mais apoio e considera mais importante o sistema democrático e tende a obter mais informações gerais, sendo então ele um cidadão mais racional e sofisticado cognitivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a apresentação desses resultados e a discussão e sistematização dos mesmos sob a luz da literatura apresentada, algumas considerações podem ser realizadas. Primeiramente é preciso considerar que a volatilidade e a queda nas taxas de Identificação Partidária têm levado alguns trabalhos a desconsiderar a importância deste indicador enquanto medida para a análise do comportamento eleitoral. Contudo, tal perspectiva está longe de ser predominante, já que vários autores apontam para a importância do partidarismo, principalmente no processo eleitoral, e também, para a necessidade de identificação e compreensão do eleitor que expressa simpatia partidária (RIBEIRO, CARREIRÃO & BORBA, 2011; BRAGA & PIMENTEL JR, 2011).

No que tange as produções acerca da América Latina, os trabalhos até então produzidos tem contribuído e avançado de forma bastante relevante para compreensão do sistema partidário, dos partidos e de seus eleitores. Evidenciando características particulares da região e conseqüentemente, a necessidade de pesquisas mais frequentes que deem conta de explicar as particularidades dos países que formar esse território. Uma vez que, parte dos trabalhos, ainda são realizados sob a luz de teorias e conceitos, elaborados para analisar democracias distintas das latino-americanas, como as europeias e a norte-americana (CARRERAS, SÁEZ e FREIDENBERG, 2002; MAIWARING & TORCAL, 2006; MORGENSTERN E SU, 2013; GIMENES, RIBEIRO & BORBA, 2014; ALBALA & VIEIRA, 2014; GIMENES, 2015)

Desse modo, consideramos neste trabalho a importância dos partidos para a compreensão do sistema eleitoral, e também, a necessidade de explorar as particularidades do eleitor que expressa Identificação Partidária, dado que esta variável tem sido utilizada enquanto uma das partes do termômetro que busca mensurar a intensidade da suposta crise dos partidos. Além do mais, tal indicador representa um mecanismo simples de acesso para o eleitor, já que, configura um sentimento de afinidade e proximidade com os partidos, não exigindo necessariamente uma postura de engajamento. Assim, verificamos o comportamento da IP no período de 2006 a 2014, investigando conjuntamente, como se associam as dimensões da identificação partidária, das condições sociodemográficas, atitudinais e cognitivas dos eleitores da América Latina, bem como para os países que a compõe. Além de realizar uma comparação entre os eleitores partidários da Guatemala, do Brasil e da República

Dominicana. Esse conjunto de abordagens nos permitiu evidenciar distintas informações quanto ao panorama da IP no período, bem como, comprovar o potencial de investigação da variável.

No que concerne aos resultados do monitoramento longitudinal da Identificação Partidária, algumas considerações devem ser feitas. Os achados deste trabalho permitem afirmar empiricamente que há um equívoco nas afirmações de que existe uma eminente crise da IP na América Latina, bem como o desalinhamento, ao menos no período que investigamos. As análises empreendidas nos retornaram uma considerável diversidade de comportamentos entre as dezesseis nações analisadas, de modo que um diagnóstico generalizado, baseado na dicotomia alinhado ou desalinhamento, não seria capaz de suprir as particularidades de cada um desses resultados. Assim, partindo das classificações realizadas no capítulo 4 podemos fazer algumas afirmações.

Primeiramente a volatilidade, mesmo que para alguns autores represente instabilidade em termos de enraizamento da Identificação Partidária (BAQUERO, 2000), não implica necessariamente em quedas ou perda de pontos no decorrer do período. Exemplos disso são Costa Rica e El Salvador, que mesmo diante da oscilação de suas taxas, apresentaram um saldo positivo e significativo de IP, representando ganhos na medida. Em oposição, em nações como Brasil e Guatemala, a volatilidade da medida resultou em saldos negativos do indicador. Quanto às tendências lineares, obtivemos tanto resultados positivos quanto negativos, o que evidenciou, mais uma vez, a diversidade de comportamento entre as nações latino-americanas e explicitou os perigos de analisar a América Latina apenas em seu todo. É preciso ter em mente que na maior parte dos países, os efeitos da IP não foram lineares, desse modo, não apontaram uma relação uniformemente crescente ou decrescente da simpatia dos eleitores pelos partidos. Ao contrário, diagnósticos de não linearidade representaram 69% dos países, ou seja, 11 do total de 16 nações investigadas. Segundo os argumentos de Mainwaring (2001), Alcántara, Sáez e Freidenberg (2002) a instabilidade nos indicadores de partidarismo é um indicativo de que os partidos se encontram em processo de institucionalização, de modo que raízes partidárias ainda não se consolidaram. Contudo, vale ressaltar que, se tomarmos a República Dominicana como um comparativo aos Estados Unidos, temos que, o primeiro teve uma média do indicador para o período de 60,58%, enquanto o segundo, atingiu 58,84%. Os E.U.A são vistos como uma democracia consolidada dotado de um sistema partidário institucionalizado. De fato,

sob a perspectiva da volatilidade do indicador, não há indícios de oscilação, apenas um decréscimo linear. Entretanto, considerando os altos valores assumidos pela IP na República Dominicana e seu saldo positivo ao término do período, concluir que a oscilação para esse país representa algo negativo pode não configurar a melhor conclusão.

Tendo em vista tais aspectos, seguimos a mesma linha de pensamento que Albala e Vieira (2013) e Carreras, Morgenstern e Su (2013) quanto à inexistência do desalinhamento dos partidos políticos na América Latina e a impossibilidade de se tentar ver essa região sob a luz de outras democracias ditas como consolidadas. Desse modo, não reconhecemos a existência do desalinhamento partidário na região, mas abrimos espaço para uma reflexão acerca das indagações de Sáez e Freidenberg (2002) quanto à questão de que os sistemas partidários ainda encontram algumas barreiras para se consolidar, e isso pode ser um dos motivos para a oscilação dos indicadores, uma vez que, dado o contexto histórico da região, os partidos se defrontam com as dificuldades já expostas por autores como Baquero (2000) e Mainwaring (2001) e estas influenciam diretamente em sua relação com os eleitores, uma vez que estes são agentes ativos do processo político, reagindo e interagindo com ele (FIORINA, 1987). Entretanto, ainda que reconheçamos a existência de tais dificuldades, não compartilhamos da visão pessimista apontada principalmente por Baquero (2000), acerca da crise partidária, bem como não encaramos a volatilidade enquanto um fator negativo, mas sim, como uma característica de alguns países da região, dados as conturbações de sua formação histórica e política, corroborando com a ideia de que, a tendência geral que se manifesta é de certa estabilidade na estruturação dos sistemas partidários latino-americanos (SÁEZ E FREIDENBERG, 2002).

No que concerne ao perfil do eleitor partidário latino-americano, verificamos que há uma relativa diversidade quando realizamos uma comparação entre os países. Porém, ela não ocorre de modo profundo. Para praticamente todas as unidades nacionais investigadas através do modelo de regressão logística binária, obtivemos valores estatisticamente significativos e positivos para as variáveis: escolaridade e interesse por política; idade; obtenção de informação; capacidade de posicionamento ideológico; efetivação do voto; e apoio ao sistema político vigente. Já a variável sexo, apresentou significância apenas para alguns países e as relações que apareceram foram praticamente todas negativas, sendo isso representado pelo fato de homens tenderem a

expressar mais IP que as mulheres. Os demais indicadores retornaram os resultados que mais destoaram entre os países, sendo eles: renda e importância atribuída à democracia.

Em se tratando da América Latina em seu conjunto, foi possível traçar um perfil geral do eleitor partidário, sendo ele um indivíduo com mais chance de: 1) ser do sexo masculino; 2) pertencer às faixas de idade mais elevadas; 3) deter menor renda quando comparado ao não partidário; 4) possuir maior taxa de escolaridade e de interesse por política; 5) apresentar maior capacidade de se posicionar no espectro ideológico; 6) mais frequentemente exercer o direito do voto; 7) demonstrar mais apoio e considerar mais importante o sistema democrático; 8) tender a obter mais informações gerais.

Diante dos resultados obtidos e tomando alguns dos aspectos da perspectiva teórica de Dalton (2013) acerca da mobilização cognitiva, ressaltamos que o eleitor que manifesta simpatia partidária demonstra maior mobilização cognitiva quando comparado ao eleitor não partidário no período de 2006 a 2014. Desse modo, se considerarmos a mobilização cognitiva enquanto um processo desencadeador do desalinhamento partidário é preciso ressaltar que, na América Latina, ao menos no que se refere ao período investigado, não foi possível detectar tal fenômeno. Pelo contrário, eleitores com maior sofisticação cognitiva apresentaram mais afinidade com a IP, fato que reforça a ideia acerca da dificuldade e consequente limitação de análises das democracias advindas da terceira onda de democratização a partir de teorias construídas para a compreensão de democracias consolidadas como a norte-americana e algumas europeias. Desse modo, mesmo em países como, México, Honduras, Peru e Jamaica onde ocorreu um decréscimo linear da IP, não foi possível afirmar que ele é resultado do processo de desalinhamento, como proposto por Dalton (2013), já que os eleitores partidários nesses países se encontram mais sofisticados cognitivamente que os demais.

No quadro das democracias latino-americanas, as instituições partidárias ainda detém dificuldade em adquirir prestígio junto ao eleitorado, conforme revelam alguns dados de opinião pública referentes à Identificação Partidária, sobre a importância dos partidos e principalmente relativos à confiança nestes. Entretanto, é fato que os sistemas partidários da região são relativamente novos, quando comparados aos de democracias consolidadas, fator que contribui para a dificuldade de interpretação dos eleitores quanto às distinções entre os partidos e o que eles significam. Contudo, como afirma Mainwaring (2001), até o momento nada foi capaz de substituir os partidos e provavelmente nada o fará nas décadas seguintes. As instituições partidárias

essencialmente detêm defeitos, contudo, elas desempenham funções cruciais, as quais ainda não foram apresentadas novas alternativas efetivas. Desse modo, os partidos continuam sendo os principais responsáveis pela estruturação da dinâmica política da América Latina, apesar de certas exceções de sistemas pontuais e do papel que cada vez maior dos meios de comunicação de massa e de alguns novos movimentos sociais (SÁEZ E FREIDENBERG, 2002).

Ademais, esta pesquisa procurou demonstrar que a identificação partidária ainda é uma variável importante para a explicação do comportamento político dos eleitores latino-americanos, uma vez que, evidencia diferenças consideráveis entre eleitores simpáticos e não simpáticos aos partidos e contribuí, para ressaltar as particularidades da América Latina, em termos de comportamento político. Os modelos realizados se ocuparam em explicar somente a associação entre o partidatismo e algumas variáveis sociodemográficas, de cognição e ação política. Todavia, indicadores como o de eficácia política subjetiva, confiança nas instituições políticas, envolvimento em campanhas políticas entre outros, também se mostram fatores de extrema relevância a serem investigados. Tais questões não foram o foco deste trabalho, principalmente devido à inexistência destas nos *surveys* utilizados, para a totalidade do período e dos países investigados. Contudo, nossa compreensão é de que podem ser objeto de futuras pesquisas, pois, representam *proxys* importantes do comportamento eleitoral e político, podendo contribuir para o entendimento sobre a existência ou ausência de distinção entre identificados ou não com os partidos políticos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRICH, John H. *Why Parties?: The Origin and Transformation of Political Parties in America*. 1<sup>st</sup> Edition. University of Chicago Press; 1 edition (June 1, 1995).

ALMEIDA, Alberto. *A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Record. 2008.

ALMOND, G; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

ALTMAN, D; LUNA, J. P; PIÑEIRO. R; TORO, S. *Partidos y sistemas de Partidos en América Latina: aproximaciones desde La encuesta a expertos 2009*. revista de Ciência Política/volumen 29 / nº 3 / 2009 / 775 – 798.

ANTUNES, J. R. S. *Identificação partidária e comportamento eleitoral: fatores estruturais, atitudes e mudança no sentido do voto*. 2008. 508 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

BALBACHEVSKY, E. *Identidade Partidária e Instituições Políticas no Brasil*. Lua Nova, São Paulo, nº26, 1992.

BAQUERO, M.; GONZALEZ, R. S. *Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.369-399.

BAQUERO, Marcello. *Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI*. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*.

BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BAQUERO, Marcello. (1996), *A Tese da Mobilização Cognitiva e o Declínio dos Partidos*. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 22-26 de outubro.

BAQUERO, Marcello. *Identificação Partidária e comportamento eleitoral*. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*, 2012.



BAQUERO, Marcello. Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

BARBETTA, P. “Estatística Aplicada às Ciências Sociais”. Florianópolis, 7ª ed. Editora da UFSC, 2011.

BATISTA, C. Partidos políticos, ideologia e política social na América Latina: 1980-1999. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 3, 2008, pp. 647 a 686.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns aspectos teóricos do caso brasileiro. In: Opinião Pública, vol. XI, nº 1. São Paulo, Campinas, 2005, p. 147-168.

BORBA, J.; FURRIEL, W. O.; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Partidarismo no Brasil: análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 38., 2014, Caxambú.

BOUDON, Lauwerence. *Los partidos y la crisis de representación em América Latina: los casos de Colombia, México e Venezuela*. Revista Contribuciones. Buenos Aires: Ciedla No. 157, ano XV, 1998.

BRAGA, Maria do Socorro. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, 2010.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa e Pimentel Jr, Jairo Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. *Opin. Publica*, Nov 2011, vol.17, no.2, p.271-303.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Partidos políticos brasileiros: consistência ideológica e social no recrutamento parlamentar. *Estud. hist. (Rio J.)*, Dez 2008, vol.21, no.42, p.350-354.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa e CODATO, Adriano, Dossiê “o centenário de Sociologia dos partidos Políticos , de robert michels”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 5-10, nov. 2012

BUSSAB, O. W; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 8ed. – São Paul: Saraiva, 2013.

Campbell, J. E., Munro, M., Alford, J. R., and Campbell, B.A. Partisanship and voting. In S. Long, (1986). *Research in Micropolitics: Voting behavior* ( Vol. 1).

CARREIRÃO, Y. S. & KINZO, M. D. Partidos políticos, preferência partidária e

decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). Dados, vol.47, n° 1, 2004.

CARREIRÃO, Y. S. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. Opinião Pública, Campinas, vol.14, p.319-351, 2008.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opin. Publica*, Nov 2007, vol.13, no.2, p.307-339.

CERVI, E. U. Quando filiação partidária representa outra coisa que não interesse autônomo por política. Disponível em <<http://www.blogempublico.com/?s=filia%C3%A7%C3%A3o&op.x=36&op.y=14>>.

Acesso em 28 out. 2012.

COSTA, H. O. Crise dos partidos e as transformações dos governos representativos. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Revista Cronos, v. 11, n.1, 2010.

COSTA, P.; McCRAE, R. *Personality in adulthood. A Five-Factor Theory perspective*. New York, Guilford, 2003.

COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. L.; TEIXEIRA, M. A. C. As eleições municipais de 2012 e seus efeitos nacionais. *Cadernos Adenauer*, vol. 14, n. 2, pg. 193-207, junho, 2013.

DAGNINO, E. (org.). Anos 90. Sociedade e Política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DALTON, R. J.; FLANAGAN, S.; BECK, P. *Electoral change in advanced industrial democracies*. Princeton: Princeton University, 1984.

DALTON, R.J. *The Apartisan American: dealignment and changing electoal politics*. Sage, 2013.

DALTON, R.J.; MACLISTER, I. & WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, vol. XXXVIII, Lisboa, 2003.

DALTON, R.J. *Citizen Politics: Public Opinion And Political Parties In Advanced Industrial Democracies*. 4<sup>th</sup> Ed. 2006.

DALTON, R; WATTENBERG, M. *The Not So Simple Act of Voting*. In: A. Finifter (ed.), *State of Political Science II*. Washington: American Political Science Association, 1993.

DAVIS, James. (1976), *Levantamentos de Dados em Sociologia: Uma Análise Estatística Elementar*. Rio de Janeiro, Zahar.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row Publishers,

1957.

DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: EDUSP, 1999.

FIGUEIREDO, M. A decisão do voto. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1991.

FIELD, Andy. *Discovering Statistics using IBM SPSS Statistics*. 2013, 4<sup>th</sup> ed. University of Sussex

FIORINA, M. Retrospective voting in American national elections. New Haven: Yale University Press, 1981.

FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: *Sistema Político Brasileiro: Uma introdução*. AVELAR, L. e CINTRA, A. O. (orgs). São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

FONSECA, F. Mídia e eleição na transição democrática brasileira: aspectos conceituais e empíricos da vitória eleitoral do presidente Collor de Mello. In: TELLES, H.;

GIMENES, Éder Rodrigo. Situação dos Partidos Políticos na América Latina no Início do Século XXI: Crise ou Estabilidade? *Revista Andinade Estudos Políticos*, Vol. IV, N° 1, pp. 4-19, 2014.

GIMENES, Éder Rodrigo. A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina, Tese de doutorado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

HEIDAR, K. *Party membership and participation*. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William. *Handbook of party politics*. Londres: SAGE, 2006. p. 301-315.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R. *The renaissance of political culture*. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, 1988.

KATZ, R.; MAIR, P. *Changing models of party organization and party democracy*. *The emergency of the cartel party*. *Party Politics*, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KECK, M. *The Workers' Party and democratization in Brazil*. New Haven: Yale University, 1992.

KEITH, Bruce, et al. (1992), *The Myth of the Independent Voter*, Berkeley, University of California Press.

KINDER, D. R. Politics and the life cycle. *Science*, v. 312, n. 5782, 2006. p. 1905-

1908.

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.19, n.54, 2005.

KINZO, Maria D'Alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 2004, vol.19, no.54, p.23-40.

LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. Partidos políticos e consolidação democrática. O caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, A. Governos, partidos e eleições segundo a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1964. *Dados*, v.32, n.3, 1989.

LIMONGI, F. e CORTEZ, R. “As eleições de 2010 e o quadro partidário”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 88, p.21-37, 2010.

LUCCA, J. B. *Los senderos del estudio sobre los partidos políticos y su derrotero en América Latina*. *Revista Pilquen • Sección Ciencias Sociales • Año XII • Nº 13*, 2010.

MAINWARING, S. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Ed. FGV, 2001.

MAINWARING, S. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. O Brasil numa perspectiva comparada. *Novos Estudos Cebrap*, n.29, 1991.

MÉNDEZ, P; MORENO, A. La identificación partidista en las elecciones presidenciales de 2000 y 2006 en México. *POLÍTICA y gobierno*, Vol. XIV, Núm. 1, p. 43- 75, 2007.

MENEGUELLO, R. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994, In:

Miller, W. E. and Shanks, J.K. “The new American Voter”. Cambridge, Harvard University Press, 1996.

MORENO, A. (Orgs.). Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 459-498.

MORGAN, G. A.; LEECH, N. L.; GLOECKNER, G. W.; BARRETT, K. C.; CLAY, J. N.; JENSEN, L.; QUICK, D. *SPSS for introductory statistics: use and interpretation*. 2. ed. New Jersey: Mahwah, 2004.

NICOLAU, J. Partidos e sistemas partidários: 1985-2009. In: MARTINS, C. A.;

NORRIS, P. A virtuous circle: political communications in postindustrial societies. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

- NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007a. p. 628-652.
- NORRIS, P. *Democratic Phoenix: political activism worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- INGLEHART, Ronald; NORRIS, P. The True Clash of Civilizations. *Foreign Policy*, No. 135. (Mar. - Apr., 2003), pp. 62-70.
- O'DONELL, Guillermo, SCHMITTER C. Philippe e WHITEHEAD, Laurence (eds.). *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vertice, 1988.
- O'NEILL, B. Generational Patters in the Political Opinions and Behaviour of Canadians, *Policy Matters*, Montreal, v. 2, n. 5, 2001.
- OKADO, L. Juventude e participação política no Brasil: efeitos geracionais ou de ciclos de vida? *Revista espaço acadêmico*, 2013 nº147, p. 37 -50.
- PAIVA, D; BRAGA M. S ; PIMENTEL, J. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, vol.13, n.2, 2007
- PAIVA, Denise and Tarouco, Gabriela da Silva Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opin. Publica*, Nov 2011, vol.17, no.2, p.426-451.
- PAIVA, Denise, Braga, Maria do Socorro S. and Pimentel Jr., Jairo Tadeu Pires Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opin. Publica*, Nov 2007, vol.13, no.2, p.388-408.
- PIMENTEL JR., J. Laços Afetivos e partidos políticos. In: BRAGA, M. S. S. (Org.).
- PIMENTEL JUNIOR, J. T. P & BRAGA, M. S. S. Os partidos políticos brasileiros realmente importam?. *Opinião Pública*, vol. 17, nº2, p. 271-303, nov. 2011.
- PUTNAM, R. D. (Org.). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.
- REIS, Fábio W. (org.). (1978), *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*. São Paulo, Símbolo.
- RENNÓ, L. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*, vol.13, n.2, 2007.
- RIBEIRO, Ednaldo. Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil. *Revista de sociologia e política* Nº 28: 205-219 Jun. 2007

RIBEIRO, Ednaldo. Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil. Maringá, Eduem, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Y. S. & BORBA, J. Sistemas partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Opinião Pública*, vol. 17, nº2, p. 333-368, nov. 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social dos Partidos, ideologia e composição social. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 2002, vol.17, no.48, p.31-47.

RUBIO, Ferreira Matilde Delia. “A crise dos partidos políticos e a reforma do sistema eleitoral.” *Papers*. Konrad Adenauer, nº 24. 1966:15-24.

SAÉZ, M. A; FREIDENBERG, F. “Partidos políticos na América Latina.” *Opinião Pública*, Campinas, vol. VIII, nº2, 2002, pp.137-157.

SEILER, D. L. Os partidos políticos. Brasília/São Paulo: Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SINGER, A. Esquerda e direita no eleitorado brasileiro. São Paulo: Edusp, 2000.

TAROUCO, G. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, 2010.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P., POGUNTKE, T. *Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. European Journal of Political Research*, n. 51, 2012. p. 24-56.

VECCHIONE, M.; CAPRARA, G.V. Personality determinants of political participation: the contribution of traits and self-efficacy beliefs. *Personality Individual Differences*, n. 46, 2009. p. 487-492.

VEIGA, L. F. “O partidarismo no Brasil (2002/2010)”. *Opinião Pública*, vol. 17, nº2, p. 400-425, nov. 2011.

VEIGA, L. F. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, Campinas, vol.13, nº 2, p. 340-365, nov.2007.

VENTURI, G. PT 30 Anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010. Fundação Perseu Abramo, Perseu, n. 5, 2010.

WATTENBERG, M. The rise of candidate-centered politics (presidential elections of the 1980's). Cambridge: Harvard University Press, 1991.

WITHELEY, P. *Is the party over? The decline of party activism and membership across the Democratic World. Party Politics*, v. 17, n. 21, 2011.

## ANEXOS

## I – Tabelas

Tabela 4 - Regressão logística: Perfil do eleitor que expressa simpatia partidária em 2006 na América Latina

2006									
País	Sexo	Idade	Renda	Escolaridade e interesse	Capacidade de posicionamento ideológico	Voto	Apoio ao sistema político vigente	Obtenção de informação	Importância da democracia
México	1,059	1,203	0,961	1,477*	1,893*	1,753*	0,990	0,931	1,090*
Guatemala	0,805	0,882	0,902*	1,664*	1,192	1,805*	1,064	1,123	0,965
El Salvador	0,898	1,509*	1,061*	1,384*	3,122*	1,633*	1,017	1,031	0,918*
Honduras	0,880	1,660*	0,916*	1,615*	0,772	2,086*	1,063*	1,030	1,186*
Nicaragua	0,807	1,434*	0,900*	2,506*	1,592*	3,137*	0,98	1,050	0,999
Costa Rica	0,774*	1,763*	0,959	1,490*	0,906	1,295*	1,157*	0,939	1,000
Panamá	0,8747	1,288*	0,918	1,742*	0,990	2,215*	1,074	1,034	1,067
Colombia	0,8009	2,322*	0,995	1,616*	1,826*	2,008*	0,994	0,995	1,080
Perú	0,635*	1,675*	0,956	1,515*	1,907*	1,33	1,05	0,860	1,001
Uruguay	0,8287	1,534*	0,984	1,494*	5,810*	0,76	1,174*	1,039	1,123*
Brasil	0,8087	1,165	0,990	1,862*	1,467	2,020*	1,046	0,925	,978
República Dominicana	0,9174	1,172	0,936*	1,653*	1,654	1,956*	1,092*	0,796*	0,974
Haití	1,2933	1,051	0,965	1,625*	1,453*	6,496*	0,846*	1,237	0,920
Guyana	0,8061	1,611*	0,916*	2,026*	0,729	4,569*	0,983	0,814	0,969
Chile	1,102	1,284	,898	1,995	2,422	2,121	1,046	,899	1,164*
Jamaica	0,8227	1,185	0,925*	1,535*	0,982	5,213*	1,055	0,896	1,014
América Latina	0,894*	1,455*	0,982*	1,573*	1,305*	1,980*	1,091*	1,025*	1,054*

Fonte: Elaborado pelo autor com base no LAPOP (2006)

p-valor &lt; 0,05\*

Tabela 5 - Regressão logística: Perfil do eleitor que expressa simpatia partidária em 2008 na América Latina.

2008									
País	Sexo	Idade	Renda	Escolaridade e interesse	Capacidade de posicionamento ideológico	Voto	Apoio ao sistema político vigente	Obtenção de informação	Importância da democracia
México	,887	1,933*	1,021	1,436*	1,462*	2,661*	1,094*	,934	1,152*
Guatemala	,834	1,917*	1,043	1,644*	,809	1,876*	1,069	1,059	1,085
El Salvador	0,753*	1,422*	1,040	1,665*	4,705*	2,959*	,998	1,058	1,007
Honduras	0,728*	1,309*	1,039	1,550*	1,054	9,446*	,986	1,251*	1,052
Nicaragua	,799	1,969*	0,879*	1,768*	1,811*	2,696*	1,088*	1,058	1,054
Costa Rica	0,569*	1,823*	,951	1,819*	1,180*	2,127*	1,110*	1,023	1,052
Panamá	1,012	1,372*	,972	1,923*	1,519*	3,531*	1,029	0,757*	1,074
Colômbia	0,590*	1,897*	0,897*	1,591*	1,059	1,913*	1,036	,979	1,013
Perú	,953	1,858*	0,903*	1,588*	1,793	1,256	1,041	1,053	1,162*
Uruguay	0,685*	1,702*	,965	1,609*	3,870*	,953	1,146*	,917	1,180*
Brasil	,894	1,372*	0,914*	1,873*	1,789*	1,025	1,083*	,927	1,058
República Dominicana	1,131	1,188	,974	1,773*	1,059	1,548*	1,184*	,801	1,111*
Haití	,879	1,207	1,145*	1,524*	1,845*	4,003*	0,869*	1,117	0,836*
Guyana	1,254	1,222	0,958*	1,886*	0,997	2,373*	0,904*	0,92	0,994
Chile	,776	1,452*	,988	1,889*	2,076*	2,592*	1,028	1,101	1,126
Jamaica	,990	1,302*	0,880*	1,537*	,689	4,347*	,972	0,795*	0,827*
América Latina	0,844*	1,498*	1,054*	1,570*	1,294*	2,196*	1,040*	1,002	1,0451*

Fonte: Elaborado pelo autor com base no LAPOP (2008)

p-valor &lt; 0,05\*



Tabela 6 - Regressão logística: Perfil do eleitor que expressa simpatia partidária em 2010 na América Latina.

2010

País	Sexo	Idade	Renda	Escolaridade e interesse	Capacidade de posicionamento ideológico	Voto	Apoio ao sistema político vigente	Obtenção de informação	Importância da democracia
México	1,132	1,731*	1,011	1,475*	1,104	1,645*	1,078*	,994	1,099*
Guatemala	,904	1,118	0,925*	1,471*	1,532	1,372	1,009	,992	1,059
El Salvador	1,083	1,477*	1,037	1,571*	3,772*	1,510*	1,155*	1,178	1,053
Honduras	,834	1,834*	,970	1,526*	1,145	3,095*	1,152*	1,036	1,335
Nicaragua	,896	1,981*	,956	1,626*	2,278*	1,809*	1,168*	1,125	1,006
Costa Rica	1,033	1,117	0,926*	1,669*	,779	3,268*	1,080*	,998	1,064
Panamá	,864	1,653*	0,928*	1,709*	,774	4,047*	0,919*	1,084	,993
Colombia	,965	1,606*	1,091*	1,721*	1,471*	1,426*	,970	1,387*	1,102*
Peru	,860	1,394*	1,016	1,702*	1,524	0,985	1,103*	1,009	,930
Uruguay	1,032	1,379*	,970	1,425*	2,081*	1,312	1,213*	1,248	1,087
Brasil	0,802*	1,354*	0,942*	1,530*	1,530*	1,242	1,063*	1,080	1,016
República Dominicana	,855	1,854*	0,898*	1,754*	1,269	2,655*	1,189*	1,084	,979
Haití	0,746*	0,666*	1,102*	1,396*	1,620*	1,472*	1,262*	1,101	0,906*
Guyana	,832	1,516*	0,864*	1,837*	3,141*	1,022*	1,187	,870	0,870*
Chile	1,520	1,002	,936	1,729	23,673	1,703	1,116	1,353	1,071
Jamaica	1,003	1,484*	0,822*	1,593*	0,999	4,687*	,987	1,483*	0,914*
América Latina	0,933*	1,429*	0,985*	1,517*	1,164*	1,948*	1,101*	1,143*	1,053*

Fonte: Elaborado pelo autor com base no LAPOP (2010)

p-valor &lt; 0,05\*

Tabela 7 - Regressão logística: Perfil do eleitor que expressa simpatia partidária em 2006 na América Latina.

2012									
País	Sexo	Idade	Renda	Escolaridade e interesse	Capacidade de posicionamento ideológico	Voto	Apoio ao sistema político vigente	Obtenção de informação	Importância da democracia
México	,944	1,849*	1,054*	1,383*	1,269	3,427*	1,109*	1,121	,957
Guatemala	0,628*	1,877*	0,941*	1,705*	0,487*	2,034*	1,011	,990	1,259*
El Salvador	,901	1,794*	0,946*	1,654*	2,379*	2,137*	1,059	1,137	1,032
Honduras	,836	1,264*	1,004	1,234*	1,259	4,352*	1,081*	1,047	1,191*
Nicaragua	1,043	1,402*	,994	1,678*	1,917*	3,075*	1,228*	1,164*	1,033
Costa Rica	,779	1,668*	,966	1,335*	,988	2,638*	1,148*	1,089	,985
Panamá	,925	1,331*	,956	1,615*	1,057	7,349*	,982	1,260*	,961
Colômbia	0,696*	1,836*	0,910*	1,733*	1,553	1,170	1,062	1,123	,952
Perú	,781	1,691*	0,926*	1,841*	1,349	1,146	1,075	,943	,983
Uruguay	,950	1,487*	,990	1,326*	2,125*	1,150	1,222*	1,113	1,124*
Brasil	,929	1,280*	,971	1,458*	1,142	1,216	1,102*	1,152	1,052
República Dominicana	,764	1,812*	,982	1,975*	1,146	1,542*	1,227*	1,229*	1,072
Haití	,802	1,325*	,958	1,637*	0,466*	1,883*	1,079*	1,160	,975
Guyana	,891	1,663*	0,960*	2,326*	0,995	2,665*	,995	0,806*	,954
Chile	1,026	1,239	1,000	2,061*	1,403	2,974*	,954	,929	1,206*
Jamaica	1,197	1,193	0,950*	1,672*	,756	4,325*	1,022	1,442*	1,122*
América Latina	0,913*	1,520*	,993	1,505*	1,310*	1,963*	1,104*	1,042*	1,049*

Fonte: Elaborado pelo autor com base no LAPOP (2012)

p-valor &lt; 0,05\*

Tabela 8 - Regressão logística: Perfil do eleitor que expressa simpatia partidária em 2006 na América Latina.

País	2014								
	Sexo	Idade	Renda	Escolaridade e interesse	Capacidade de posicionamento ideológico	Voto	Apoio ao sistema político vigente	Obtenção de informação	Importância da democracia
México	1,062	2,275*	,990	1,425*	1,270	1,438	1,057	,957	1,070
Guatemala	,824	1,531*	1,019	1,567*	,986	1,310	1,135*	1,058	,978
El Salvador	1,255	1,992*	,996	1,817*	2,400*	1,594*	1,050	1,238*	1,149*
Honduras	1,065	1,590*	0,971*	1,575*	1,069	1,993*	1,103*	1,133	1,068
Nicaragua	1,134	1,474*	0,947*	1,881*	1,863*	2,143*	1,248*	1,170*	1,084*
Costa Rica	,864	1,216	,993	1,474*	1,320	4,438*	1,168*	1,257*	1,082
Panamá	1,405*	1,516*	0,962*	1,690*	0,474*	3,593*	1,102*	1,058	1,155*
Colombia	0,786*	1,367*	0,968*	1,861*	1,251	1,308	1,170*	1,483*	,986
Perú	,803	1,348*	0,954*	1,725*	1,431	1,102	,978	,991	,981
Uruguay	,941	1,693*	1,000	1,532*	3,742*	1,041	1,215*	1,037	1,049
Brasil	0,474*	1,384*	0,952*	1,651*	1,293	1,624*	1,142*	,914	,959
República Dominicana	,842	1,477*	0,951*	1,800*	2,182*	1,246	1,192*	1,163	1,130*
Haití	,749	,919	,996	3,357*	1,204	2,577*	1,078	,997	,930
Guyana	1,254	1,222	0,958*	1,886*	0,997	2,373*	0,904*	0,92	0,994
Chile	,869	1,854	0,953*	2,305	3,633*	1,494	,932	1,389	1,170
Jamaica	,804	1,156	0,942*	1,970*	1,539	4,698*	1,057	1,142	,942
América Latina	0,906*	1,419*	0,968*	1,683*	1,612*	1,874*	1,164*	1,161*	1,067*

Fonte: Elaborado pelo autor com base no LAPOP (2014)

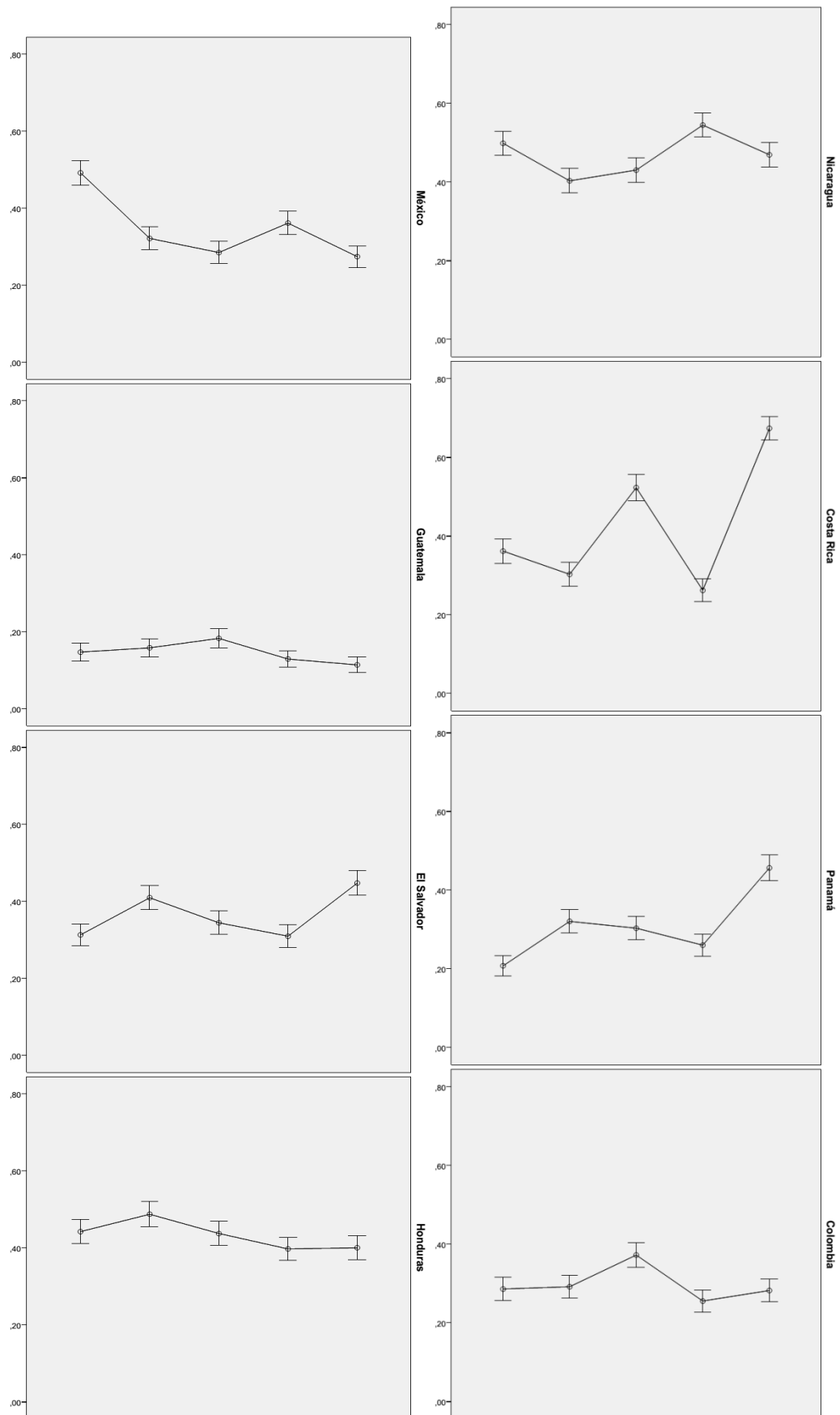
p-valor &lt; 0,05\*

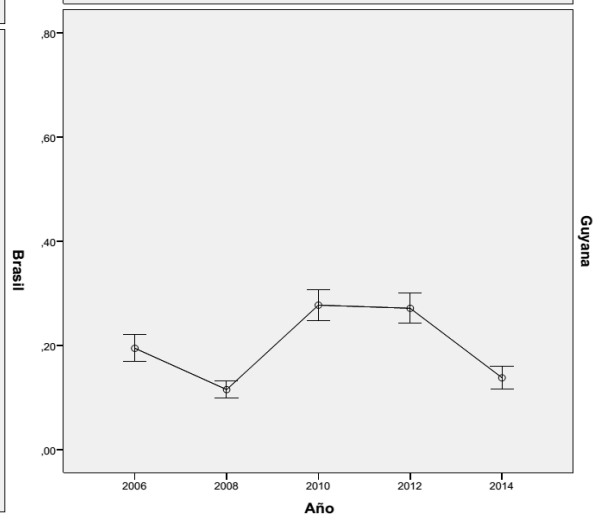
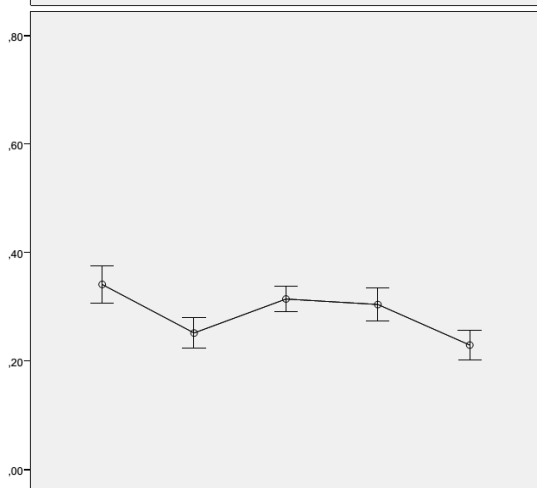
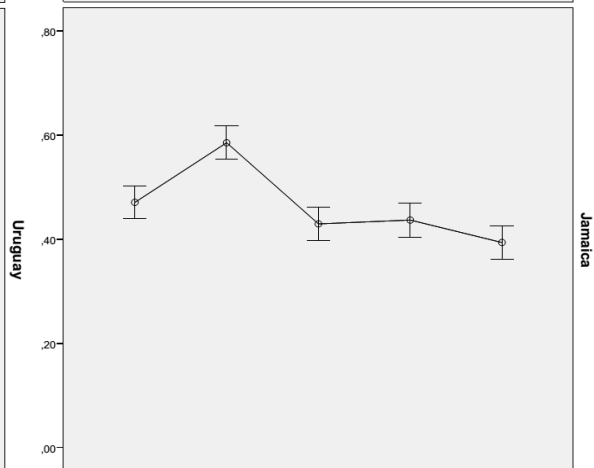
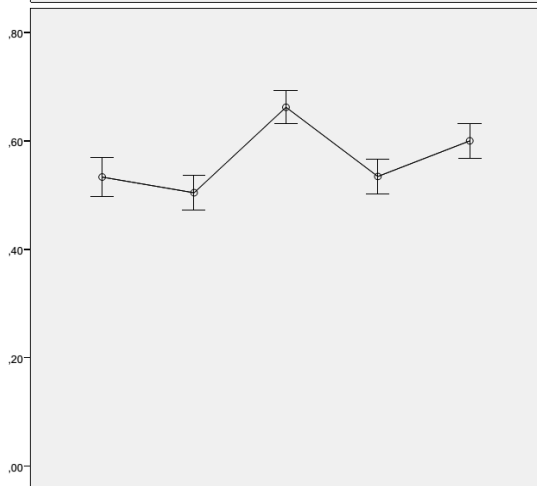
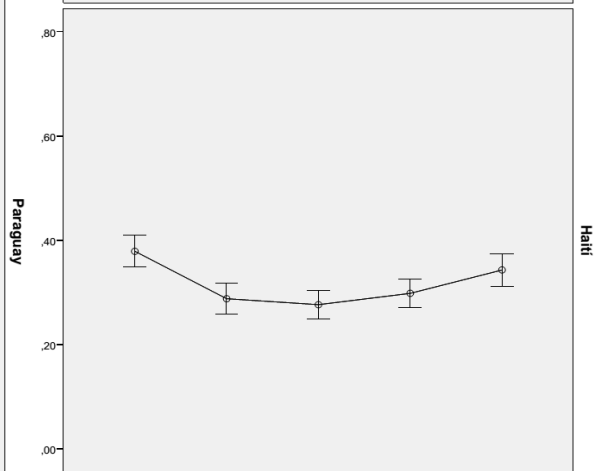
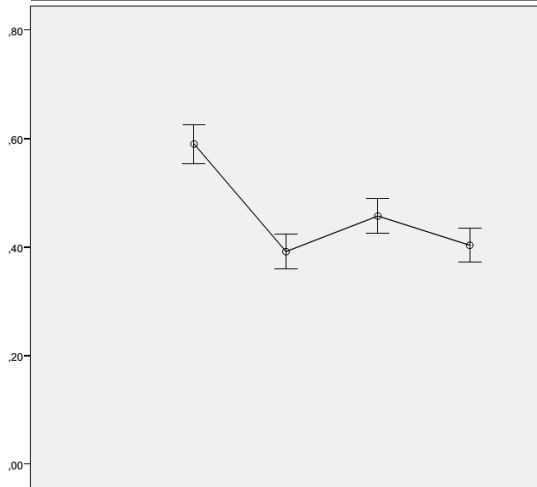
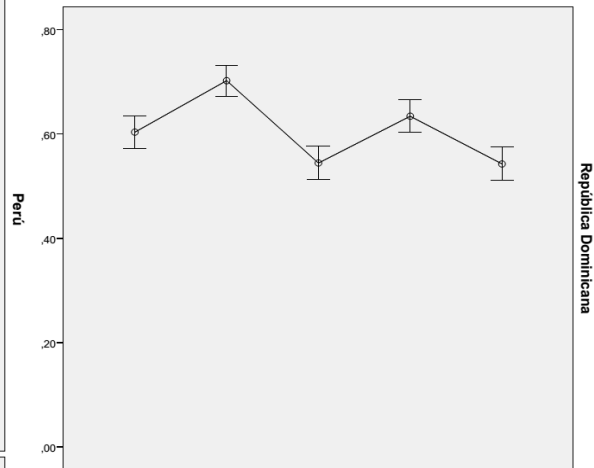
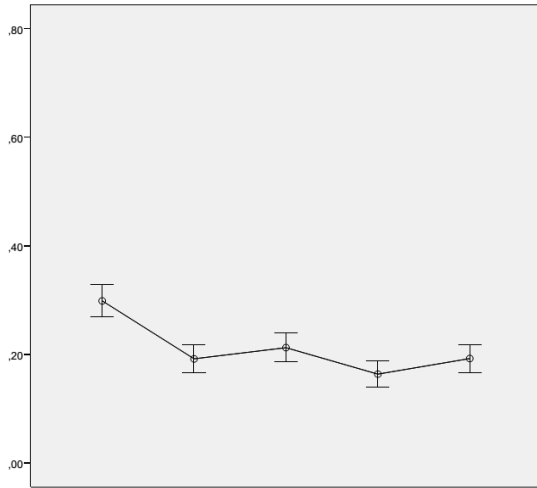
Tabela 9 – Resultado dos contrastes polinomiais

País	Exp(B)	sig	Linear	Sig	Quadratic	sig	Cubic	sig	Quartic	sig
	e^x	p-valor	F	p-valor	F	p-valor	F	p-valor	F	p-valor
México	,839	,000	109,701	,000	39,147	,000	61,555	,000	6,528	,011
Guatemala	,926	,001	10,744	,001	14,541	,000	,775	,379	7,373	,007
El Salvador	1,078	,000	19,830	,000	6,295	,012	74,670	,000	,226	,635
Honduras	,932	,000	19,295	,000	2,496	,114	12,308	,000	,469	,494
Nicarágua	1,031	,050	4,546	,033	7,412	,006	63,052	,000	5,253	,022
Costa Rica	1,277	,000	229,770	,000	100,953	,000	103,234	,000	343,880	,000
Panamá	1,227	,000	138,568	,000	10,268	,001	100,843	,000	2,680	,102
Colômbia	,979	,234	1,376	,241	12,376	,000	3,417	,065	38,757	,000
Peru	,864	,000	52,217	,000	26,090	,000	2,255	,133	15,194	,000
Uruguay	1,068	,000	14,924	,000	3,793	,051	,027	,869	78,950	,000
Brasil	,923	,000	19,191	,000	1,009	,315	33,056	,000	6,963	,008
República Dominicana	,924	,000	23,025	,000	8,028	,005	3,583	,058	78,614	,000
Haití	,968	,063	2,679	,102	48,749	,000	2,391	,122	,142	,707
Guyana	1,055	,008	1,936	,164	56,230	,000	162,552	,000	31,234	,000
Chile	,890	,000	113,161	,000	32,254	,000	,298	0,582	26,036	,000
Jamaica	,887	,000	55,687	,000	9,927	,002	28,885	,000	35,313	,000
América Latina	,999	,888	,048	,827	9,778	,002	1,018	,313	28,951	,000

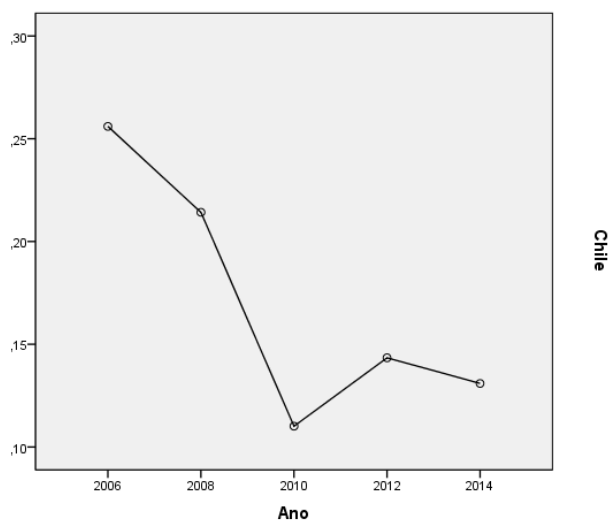
Fonte: Elaborado pelo autor com base no LAPOP (2006 - 2014)

Gráficos 12 – O comportamento da IP no período de 2006 – 2014





Año



## APÊNDICE METODOLÓGICO

Informações técnicas das variáveis

### **Sexo [2006/2008/2010/2012/2014]**

Codificação: 1= Masculino; 2= Feminino

Recodificação: 0= Feminino ;1= Masculino

### **Idade [2006/2008/2010/2012/2014]**

Codificação: Quantitativa discreta aberta

Recodificação: 1= 16 a 29 anos

2= 30 a 59 anos

3= 60ou mais anos

### **Escolaridade [2006/2008/2010/2012/2014]**

Codificação:

1= Analfabeto/Sem instrução; 2= 1º ano do primário; 3= 2º ano do primário

4= 3º ano do primário; 5= 4º ano primário incompleto

6= 4º ano primário completo; 7= 1º ano do ginásio

8= 2º ano do ginásio; 9= 3º ano do ginásio

10= 8ª série incompleta; 11= Ginásio completo

12= 1º ano do 2º grau; 13= 2º ano do 2º grau

14= 3º ano 2º grau incompleto; 15= 2º grau completo

16= Faculdade incompleta; 17= Faculdade completa

18= Mestrado; 19= Doutorado

20= Pós-Graduação *Lato sensu*; 21= Pós-Doutorado

Recodificação:

1= Baixa; 2= Média; 3= Alta

**Identificação partidária [2006/2008/2010/2012/2014]**

Existe algum partido que representa a maneira como o(a) sr(a) pensa?

Codificação:

1= Sim

2= Não

Recodificação:

0= Não

1= Sim

**Capacidade de posicionamento ideológico [2006/2008/2010/2012/2014]**

Classificação do entrevistado entre direita e esquerda

Codificação:

0= Esquerda

10= Direita

11= Não sabe o que é direita ou esquerda

12= NS

Recodificação:

0= Não sabe [11 a 12]

1= Sabe [0 a 10]

**Interesse por política [2006/2008/2010/2012/2014]**

Codificação:

1=Muito; 2=Algo; 3=Pouco; 4=Nada

Recodificação:

4=Muito; 3=Algo; 2=Pouco; 1=Nada

**A Democracia tem seus problemas, mas é melhor que qualquer outra forma de governo [2006/2008/2010/2012/2014]**

Codificação:

1=Não concordo até 7=Concordo totalmente



**Com que frequência acompanha as notícias na TV, no rádio e nos jornais?**

**[2006/2008/2010/2012/2014]**

Codificação:

1=Nunca, 2=Algumas vezes por mês; 3=Algumas vezes por semana;  
4=Diariamente

**Você votou no primeiro turno das eleições presidenciais?**

**[2006/2008/2010/2012/2014]**

Codificação:

1=Votou; 2=Não votou

Recodificação:

0=Não votou; 1=Votou